



- s) Promover a adequada organização da unidade judiciária, tanto gabinete quanto secretaria, identificando os armários de acordo com a fase processual e ordem de conclusão, conforme estabelece o Código de Processo Civil, inclusive com separação dos processos que compõem as metas do Conselho Nacional de Justiça e os detentores de prioridade legal, devidamente identificados, a fim de que suas tramitações ocorram de forma mais célere.
- 2) Encaminhe-se à Presidência desta E. Corte cópia do presente relatório, a fim de que seja avaliado o pleito de designação de servidores para a Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá, reforma do setor de arquivo e resolução do problema de abastecimento de água do Fórum.

DA PRÁTICA, EM TESE, DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES PELA MAGISTRADA TITULAR DA VARA

Durante a análise processual, por amostragem, dos feitos que tramitam junto à 2ª Vara Cível da Comarca de Marabá foram observados 02 (dois) fatos iguais, mas que receberam tratamentos diversos e, portanto, demandam uma apuração mais profunda, a fim de repelir qualquer indício de dúvida que paire acerca da conduta praticada pela Magistrada Maria Aldecy de Souza Pissolati, Juíza Titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá, para quem os autos foram redistribuídos.

Em análise detida ao Processo de nº 0002567-92.2005.814.0028, observou-se que, em 23/09/2010, a Magistrada Danielle Karen da Silveira Araújo Leite, Juíza Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Marabá à época, proferiu decisão declarando suspeição, por motivo de foro íntimo, em relação ao advogado Sebastião Bandeira, fato este devidamente informado a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, através do Processo nº 2010.7.008230-5, motivo que levou o referido feito a ser redistribuído para a 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá.

Desde o mencionado fato, o citado processo permaneceu tramitando junto àquela unidade judiciária, quando em 03/06/2015, a Magistrada Maria Aldecy de Souza Pissolati proferiu despacho determinando o retorno dos mesmos à sua unidade de origem, qual seja, 2ª Vara Cível da Comarca de Marabá, em razão da Dra. Danielle Karen da Silveira Araújo Leite não mais presidir a referida unidade e, por consequência, não subsistir o motivo da suspeição ali aduzido, tendo então o feito retornado à supramencionada Vara.

Ocorre que, ao analisar o Processo de nº 0008330-52.2008.814.0028, a equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior observou que a Magistrada Maria Aldecy de Souza Pissolati, Juíza Titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá adotou tratamento diverso ao anteriormente relatado, senão vejamos:

Em 23/09/2011, a Magistrada Danielle Karen da Silveira Araújo Leite declarou suspeição por motivo de foro íntimo em relação aos advogados Sebastião Bandeira e Gilberto Alves, fato devidamente noticiado a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior por meio do Processo nº 2011.7.005309-0, razão pelo qual os autos de nº 0008330-52.2008.814.0028 foram redistribuídos à 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá.

Ocorre que, a despeito da Dra. Danielle Karen da Silveira Araújo Leite ter sido removida para outra Comarca desde o mês de março do ano de 2015 e não subsistirem os motivos de sua suspeição, nos dias 02/09/2015, 17/11/2015, 09/12/2015 e 12/04/2016, a Magistrada Maria Aldecy de Souza Pissolati, Juíza Titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá, proferiu decisões nos autos de nº 0008330-52.2008.814.0028, inclusive com realização de bloqueio de valores via BANCENJUD e expedição de alvará judicial para levantamento de quantia em dinheiro.

Após os mencionados fatos, em 09/06/2016, o Processo de nº 0008330-52.2008.814.0028 foi devolvido à Vara originária, qual seja, 2ª Vara Cível da Comarca de Marabá, sem que constasse nos mencionados autos ou mesmo no Sistema de Acompanhamento Processual Libra, qualquer despacho/decisão acerca de tal circunstância, ocorrendo tão somente a sua tramitação externa através da mencionada plataforma processual.

Desta feita verifica-se que, em que pese a Juíza Titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá tenha permanecido na condução do feito de nº 0008330-52.2008.814.0028 até o mês de junho do ano de 2016, inclusive com realização de bloqueios via BACENJUD e autorização para levantamento de valores através da



expedição de alvará judicial, igual tratamento não foi concedido aos autos de nº 0002567-92.2005.814.0028, os quais foram devolvidos à Vara de origem tão logo a antiga Magistrada Titular tenha sido removida para outra Comarca.

Outrossim, não restou devidamente esclarecido à Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior os motivos pelos quais o feito de nº 0008330-52.2008.814.0028 foi devolvido à 2ª Vara Cível de Marabá apenas em 09/06/2016, sem que constasse qualquer despacho ou decisão neste sentido, tanto nos autos físicos quanto no Sistema de Acompanhamento Processual Libra, ficando tão somente registradas as tramitações externas realizadas da secretaria para o gabinete em 15/04/2016 e, posterior remessa, novamente da secretaria, em 09/06/2016, mas desta vez já para a Central de Distribuição.

Assim, verifica-se a existência de suposta violação ao Código de Ética da Magistratura Nacional, que dispõe, em seus artigos 8º e 9º, sobre o dever de imparcialidade do magistrado:

Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito.

Art. 9º Ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação.

Com relação à necessidade de transparência dos atos judiciais, dispõe o art. 10 do referido Código: “A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplado em lei”.

Cabe ressaltar que, conforme dispõe o art. 40, os preceitos do Código da Magistratura Nacional complementam os deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das demais disposições legais.

De acordo com o disposto no art. 35, I, da LOMAN (LC 35/1979):

Art. 35 - São deveres do magistrado:

I - Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;
(...).

Dispõem o caput e parágrafo único, do art. 8º da Resolução nº 135 do CNJ:

Art. 8º O Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau, o Presidente ou outro membro competente do Tribunal, nos demais casos, quando tiver ciência de irregularidade, é obrigado a promover a apuração imediata dos fatos, observados os termos desta Resolução e, no que não conflitar com esta, do Regimento Interno respectivo.

Parágrafo único. Se da apuração em qualquer procedimento ou processo administrativo resultar a verificação de falta ou infração atribuída a magistrado, será determinada, pela autoridade competente, a instauração de sindicância ou proposta, diretamente, ao Tribunal, a instauração de processo administrativo disciplinar, observado, neste caso, o art. 14, caput, desta Resolução.

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, caput e parágrafo único, da citada Resolução, e considerando a necessidade de melhor apuração dos fatos narrados, faz-se necessária a proposta de abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face da Magistrada Maria Aldecy de Souza Pissolati, por descumprimento, em tese, dos deveres previstos no art. 35, incisos I, da LC nº 35/1979 (LOMAN) e inobservância do previsto nos artigos 8º, 9º e 10 do Código de Ética da Magistratura Nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARABÁ



Recomenda-se ao Diretor de Secretaria desta Corregedoria de Justiça que extraia cópia do Relatório de Correição da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá, para que seja autuado em apartado, para as providências cabíveis.

Marabá-PA, 16/05/2017

490

**CORREIÇÃO
NA 4ª VARA
CÍVEL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ

EDITAL Nº 02/2017-CJCI

PERÍODO: 15 a 19/05/2017

CORREGEDORA: Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

JUIZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: 4ª Vara Cível e Empresarial de Marabá

1.2 COMPETÊNCIA: Órfãos, Interditos, Infância e Juventude e Ausentes

1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Manoel Antônio Silva Macêdo

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 09/02/2017

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO:

Prejudicado

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:

Prejudicado

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Prejudicado

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

() Boas () Regulares () Ruins

Justificar:

Prejudicado

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

() Boas (X) Regulares () Ruins

Justificar: Em face da constante falta de água.

2.6 MOBILIÁRIO:

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

2.7 SEGURANÇA:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar:

Prejudicado

2.8 ACESSIBILIDADE:

() Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ

Justificar: Prejudicado
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Manoel Antônio Silva Macêdo, Titular Desde 09/02/2017 (Portaria Nº 15/2017 – SJ)
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Augusto Bruno de Moraes Favacho: de 14 a 31 de maio do ano de 2017 (Portaria nº 2239/2017-GP)
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 14/05/17 a 31/05/17: Gozo de férias remanescentes, conforme Portaria nº 2.239/2017-GP, de 11 de maio de 2017.
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: - Substituição Automática da 3ª Vara Cível, e atuação permanente em processos nos quais a Juíza Titular Drª Maria Aldecy de Souza Pissolati se deu por suspeita para atuar em relação a membros do Ministério Público do Estado do Pará, nos termos do Código Judiciário do Estado (Lei nº 5.008 de 10.12.1981) e da Portaria 320/2017-GP. - Cumulação com a Comarca de Jacundá/PA, nos meses de março de maio do ano em curso (2017), nos dias 06 e 07 de março de 2017, conforme Portaria nº 1176/2017-GP, de 06 de março de 2017, bem como nos dias 02 a 31/05/2017, conforme Portaria nº 1993/2017-GP, de 26 de abril de 2017, com realização de audiências no dia 10/05/2017. - Cumulação com a 1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, nos dias 02 e 03/03/2017, conforme Portaria nº 0980/2017 – GP.
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: - Participação na Reunião da CEIJ, para discussão da situação do Sistema Socioeducativo, conforme Ofício Circular nº 004/2017-CEIJ, de 03/03/2017, realizada no dia 10 de março de 2017, às 11h, na Sala da Secretaria do CEIJ, para tratar da situação do Sistema Socioeducativo, de lavra do Exmº Sr. Dr. Des. José Maria Teixeira do Rosário. - Realização de Processo Seletivo para Nomeação de Agentes de Proteção, ainda em fase de publicação do Edital, considerando que a Central de Serviços da Secretária de Informática encontrou dificuldades, desde fevereiro/2017, para criar <i>link</i> para fins de inscrição de interessados, fato este que foi devidamente comunicado à Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, e que na semana passada foi solucionada a questão referente à criação de <i>link</i> pela Central de Serviços. - Participação na Reunião na Sala de Reuniões do Ministério Público do Estado do Pará para discussão sobre implantação do Programa de Família Acolhedora no Município de Marabá/PA, no dia 08 de maio de 2017, às 14h00, a convite da Promotora de Justiça Exmª Srª Drª Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira. - Participação em Reunião, em fevereiro deste ano (2017), na Sala de Reuniões do Ministério Público da Comarca de Marabá, a convite da Promotora de Justiça Exmª Srª Drª Alexandra Muniz Mardegan juntamente com o Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), instituição responsável por coordenar e executar as políticas públicas do atendimento socioeducativo no Estado do Pará, Ilmº Sr. Simão Pedro Bastos, sobre as obras de reforma, ampliação e realização de adequações no prédio do CIAM-Marabá.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	Janeiro/2012	Janeiro/2012
02 JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	Janeiro/2013	Fevereiro/2013
03 DANIEL GOMES COELHO	Julho/2013	Agosto/2013
04 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	Julho/2014	Agosto/2014
05 CAROLINE SLOGO ASSAD	Janeiro/2015	Fevereiro/2015
06 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI	Outubro/2016	Outubro/2016
07 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	Abril/2016	Abril/2016
08 CÉSAR LEANDRO PINTO MACHADO	Abril/2016	Setembro/2016
09 LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES	Setembro/2016	Outubro/2016
10 TALITA DANIELLE COSTA FIALHO DOS SANTOS	Novembro/2016	Fevereiro/2017
11 MÁRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT	Dezembro/2016	Dezembro/2016

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Mirella de Souza Minto
Cargo: Assessora do Juízo – Analista Judiciária – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 1.403/2012 - GP

Nome: Glauce Helena Moraes de Castro
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 2.514/2015 - GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Lucileno Cardoso Cavalcante
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária - Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria nº 1.027/2007 - GP

Nome: Maria Anísia Martins de Almeida
Cargo: Diretora de Secretaria (cargo em extinção – anterior ao PCCR)
Ato de nomeação: Portaria nº 1.175/2001 - GP

Nome: Sheila Regina Abreu de Almeida
Cargo: Analista Judiciário – com formação em Gestão de Recursos Humanos
Ato de nomeação: Portaria nº 600/2005 - GP

Nome: Diesie Tauana Sa Gaia Oliveira
Cargo: Estagiária

4.3. OUTROS SETORES:

Equipe Interdisciplinar da Vara

Nome: Taciana Vicente Araújo
Cargo: Analista Judiciário - Pedagoga
Ato de nomeação: Portaria nº 1.640/2006 - GP

Nome: Marlene Santos Gomes
Cargo: Analista Judiciário - Assistente Social
Ato de nomeação: Portaria nº 988/2012 - GP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: a) Dra. Alexssandra Muniz Mardegan – desde 01/10/2013 b) Dra. Ligia Valente Do Couto de Andrade Ferreira – desde 09/10/2015 c) Dra. Lilian Viana Freire – desde 30/04/2015
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: a) Titular da 9ª PJ b) Titular da 10ª PJ c) Titular da 13ª PJ
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Rilker Mikelson De Oliveira Viana
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Designado
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, com a Comarca de São Domingos do Araguaia
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS 01 Veículo
6.1.1 FROTA: Fiat Doblo – Attractiv 1.4, Placa QDL 5940
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA: Computadores: 03 Notebook: 01 Scanner: 04 Impressora: 04, sendo 01 (uma) zebra
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Devido as constantes falhas de conexão e quedas de sinal.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05 (cinco) Tal quantidade é considerada suficiente? Sim
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 4civelmaraba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Lucileno Cardoso Cavalcante (Diretor de Secretaria) Com que frequência? Diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Considerando que a Vara possui competência privativa para feitos da infância e juventude, há necessidade de cursos de atualização na área.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: Para quando está a pauta de audiências? 17/08/2017 Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Todos os dias Quantas audiências são realizadas por dia, em média? 08(oito) Os motivos da não realização/ remarcação de audiência são inseridos no Sistema Libra? Não
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? () Sim (X) Não Justificar: Apesar de não existirem processos a serem arquivados, os mesmos encontram-se na Secretaria devido o Setor de Arquivo da Comarca não possuir condições físicas de recebê-los. Ressalto que existem uma quantidade aproximada de 100 (cem) caixas de processos arquivados em Secretaria e que já deveriam estar no Arquivo da Comarca.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA TOTAL GERAL 2015: Despacho: 1.458 Decisão Interlocutória: 549



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ

Sentença: 618
Audiência: 797

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 1.552
Decisão Interlocutória: 731
Sentença: 519
Audiência: 725

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho: 901
Decisão Interlocutória: 282
Sentença: 200
Audiência: 248

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	09
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	00
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	00
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	00
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	73
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	287
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	273
SITUAÇÃO DE RISCO	135
TUTELA	01
GUARDA	03
ADOÇÃO	32
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	109
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



PRECATÓRIAS CRIMINAIS	00
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	36
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	958
Feitos com Tramitação Externa	44
Contagem Física + Tramitação externa	1.002
ACERVO LIBRA	Acervo total: 1.086 Acervo ativo: 916

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	331	347
2016	359	266
2017 (até maio)	110	200

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar:

Tarja Rosa: Medidas de proteção, adoção, destituição do poder familiar

Tarja preta: Interdição e curatela

Tarja verde e amarela: Carta precatória

Tarja azul e amarela: Ação civil pública

Tarja amarela: Infração administrativa

Tarja vermelha: Ato infracional (adolescente apreendido)

Tarja azul e vermelha: Guia de internação provisória outras comarcas

Tarja Azul: Guia de execução de medida socioeducativa

Sem tarja: ato infracional (adolescente não apreendido)

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(3) INICIAIS;

(2) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(-) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(1) IDOSO;

(1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(-) RÉU PRESO;

(2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(-) ALVARÁ DE SOLTURA;

(5) POR ORDEM CRONOLÓGICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ

(4) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	-
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	-
BACENJUD	X	-
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	-
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	X	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar:

Prejudicado

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Acervo da meta: 356

Alvo: 285

Julgamentos: 346

Grau de cumprimento: 121,49%

META CUMPRIDA

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Prejudicado

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014):

Acervo da meta: 06

Alvo: 04

Julgamentos: 06

Grau de cumprimento: 166,67%

META CUMPRIDA

10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de Liminar ou Antecipação de Tutela:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga:
04, sendo a data de conclusão mais antiga 26/04/2017

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013):

Prejudicado

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:

Prejudicado

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

Prejudicado

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO):

Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012:

Prejudicado

11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:

Prejudicado

12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE

12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 00

Observação: Em razão de sentença em ação civil pública, o centro de internação - CIAM MARABÁ- foi interditado parcialmente, funcionando apenas para a internação provisória (cautelar) de até 45 dias. Os adolescentes estão cumprindo as medidas de internação nas unidades da região metropolitana de Belém.

12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:

22 (vinte e dois)

12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00

12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?

() Sim (X) Não

Justificar: Os processos encontram-se regulares.

12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:

80 (oitenta)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ

12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:

Sim Não

Justificar: As equipes interdisciplinares do CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) e do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), órgãos ligados a Prefeitura de Marabá, fazem o acompanhamento dos adolescentes e das famílias, prestando relatórios periódicos ao magistrado deste juízo, para fins de fiscalização das medidas socioeducativas aplicadas. Há também a designação de audiências para acompanhamento do cumprimento das medidas.

12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?

Sim, que recebe apenas menores para internação provisória, em razão do estabelecimento ter sido interditado por este Juízo, conforme Processo nº 0001521-41.2014.814.0028. Os adolescentes em internação definitiva são encaminhados à Comarca de Belém/PA.

A Unidade de Internação – CIAM/Marabá também recebe adolescentes para internação provisória das Comarcas das Comarcas das Regiões de Altamira, Parauapebas e Tucuruí.

12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?

Bimestralmente.

12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?

CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) e do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), órgãos ligados a Prefeitura de Marabá;
EAP (Espaço de acolhimento provisório);
CPAC (Casa de Passagem).

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL

13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?

Prejudicado

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?

Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 36 (trinta)
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 49 (quarenta e nove)
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Mensalmente os processos que aguardam a devolução de Cartas Precatórias são analisados e verificam-se os prazos de cumprimento das missivas, e são feitas as cobranças devidas.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Prejudicado
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Prejudicado
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 03
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 12
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 48 Considerações da CJCI: No Sistema Libra foram localizadas 326 petições pendentes de juntada.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 48
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 130
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 134
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00



17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 04		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 175		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ALESSANDRO MISSAGIA FERNANDES	02	05/05/2017
ANTONIO OLIVEIRA CRUZ	06	18/04/2017
CATIA SIMONE VILARINO DIAS	02	26/04/2017
JANAINA RODRIGUES ARANTES	01	10/05/2017
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	03	25/04/2017
KATYUSCIA KELLY PEREIRA DE SOUSA FEITOZA	02	25/04/2017
NATALIA LIMA FREIRE BANDEIRA	04	02/03/2017
NESTOR RENNAN ARAUJO DE NEGREIROS	01	10/05/2017
NEUMA CORREA DE MIRANDA	03	24/04/2017
RAFAEL BENEVIDES DE SOUZA	03	10/05/2017
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	03	18/04/2017
RUI COSTA DE OLIVEIRA	17	23/02/2017
TIAGO DE ANDRADE CARDOSO	03	07/04/2017
VALBY FERREIRA CAMARGO	01	18/04/2017
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	02	17/04/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança?		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO		
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA		
17.7.3 ADOGADO		
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é realizado através do relatório disponível no Sistema Libra (Carga MP/Advogado/Defensor/Outros). Já a cobrança é efetuada através do Diário de Justiça Eletrônico.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas são vinculadas no Sistema Libra pelo setor de Distribuição da Comarca de Marabá, que depois as encaminha a Secretaria do Fórum, que as guarda, provisoriamente, em um baú com chave. Na hipótese de recebimento de valores, os mesmos são encaminhados à Secretaria da 4ª Vara Cível que efetua das mencionadas quantias em subconta.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



Quantos as armas brancas, ficam acondicionadas em armários na Secretaria da 4ª Vara Cível até que o Magistrado determine a sua destinação.

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
-----	----------	-----------------

RELATÓRIO EM ANEXO

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

(X) Sim () Não

Justificar:

A última vez que Comissão de Transporte de Armas esteve na Comarca de Marabá foi em meados do mês de Dezembro de 2016.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim (X) Não

Justificar:

As armas de fogo ficam acondicionadas na Secretaria do Fórum, em um baú com chave.

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

(X) Sim () Não

Justificar: Relatório em Anexo.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(X) Sim () Não

O servidor responsável pela UNAJ na Comarca é Alessandra Gomes Heringuer

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(X) Sim () Não

Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Necessidades da Secretaria:

- O Fórum da Comarca possui problemas sérios de fornecimento de água, fato este que implica diretamente no bem-estar, na saúde e nas condições de higiene de todos os servidores da Comarca, bem como de advogados e partes. Embora, tenha havido várias tentativas do setor competente do TJE para solucionar o problema, até o momento ainda sofremos diariamente com a falta de água.
- O Fórum da Comarca não possui um setor arquivo adequado para o recebimento dos processos finalizados, situação que gera um acúmulo de caixas dentro das unidades judiciárias e prejudica o ambiente de trabalho dos servidores. Porém, fomos informados pela Secretaria do Fórum que já existe um prédio que está sendo adaptado para receber o arquivo da comarca.
- Dos equipamentos de informática utilizados na unidade, 05 computadores, dois estão funcionando bem, um apresenta problemas de travamento e lentidão, e dois (incluindo um notebook) estão no setor de manutenção para reparos, portanto havendo a necessidade urgente de troca destes equipamentos.
- Os materiais de consumo solicitados ao Almoxarifado do TJE são fornecidos parcialmente, sendo insuficientes para os trabalhos da unidade. Tais como, capas de processos, etiquetas para impressora, papel, cola, colchetes, etc.
- Não existe na comarca um cronograma de limpeza dos aparelhos de ar-condicionado, o que pode causar prejuízos na saúde dos servidores, magistrados e jurisdicionados.
- A quantidade de servidores é insuficiente para demanda crescente de processos distribuídos, especialmente face a necessidade de andamento urgente das ações de competência desta Unidade.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- Em relação à Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial, foi identificada a necessidade de aquisição de substituição de alguns equipamentos de informática por outros novos; a participação de servidores da Vara em cursos afetos à competência jurisdicional; despachar os 04 processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga; determinar a conclusão das 03 iniciais pendentes de conclusão; despachar as 12 iniciais pendentes de despacho; determinar a juntada das 48 petições intermediárias não juntadas; determinar o cumprimento dos 134 autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial por menos de 100 dias; intimar as partes/advogados a devolverem os autos com prazo extrapolado.
- Informo que, desde a titularização deste Magistrado recentemente em 09 de fevereiro deste ano (2017), houve a tramitação de em torno de 200 (duzentos) processos para a 4ª Vara Cível e Empresarial, sendo 161 (cento e sessenta e um), envolvendo em sua maioria feitos de alta complexidade, a exemplo ações civis públicas de improbidade, mandados de segurança, ações civis públicas ambientais, em sua maioria com pedidos de liminares e/ou tutelas de urgências, resultando em constrição de bens, indisponibilidade de bens, medidas cautelares e antecipatórias antecedentes, penhoras *on line*, pesquisas no INFOJUD, que via de regra possuem vários volumes, com esparsa documentação envolvendo dados técnicos, e que demandam considerável tempo para análise devida e cuidadosa. Em que pese a 4ª Vara Cível deter a prioritária competência especializada da Infância e Juventude, a análise e/ou apreciação de tais feitos originários da 3ª Vara Cível desta Comarca, de titularidade da Exmª Srª Drª Juíza Maria Aldecy de Souza Pissolati, declarada suspeita para atuar em relação a alguns membros do Ministério Público do Estado do Pará (03 Promotores de Justiça), demandam(m) algum tempo, haja vista que este magistrado vem atuando na realização audiências na Sala de Audiências deste Fórum, audiências concentradas presencialmente no Abrigo Municipal de Marabá, visitas bimestrais e, com periodicidade mensal aos Abrigos de Marabá e Nova Ipixuna, Reuniões com membros do Ministério Público local para tratar de assuntos de interesse comum, Inspeções no CIAM-Marabá, decidindo e sentenciando em audiência, via de regra, cuja pauta se estende durante a semana, considerando ainda o prazo máximo de internação provisória de 45 dias, o qual até o momento não foi extrapolado por este magistrado, e atuando em colaboração com 06 (seis) Exmªs Srs. Drs. Promotores de Justiça desta Comarca, realizando ainda, corriqueiramente, audiências de entrevistas *in loco* de impressão pessoal à pessoas curatelandas, sem condições de mobilidade para comparecer ao Fórum desta unidade jurisdicional, em respeito e consideração a tais limitações físicas, conforme impõe a legislação em vigor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



- Assim, este Magistrado tem envidado múltiplos esforços, e continuará envidando ainda mais para atender à demanda que lhe é exigida, sempre no interesse do jurisdicionado e da sociedade local, para prestar um serviço mais eficiente, despachando, decidindo e sentenciando cada vez mais processos originários da 3ª Vara Cível desta Comarca, sem prejuízo de sua competência jurisdicional natural.

- Reconhece-se, assim, que em razão da carga de trabalho decorrente dos processos originários da 3ª Vara Cível, em razão da suspeição levantada pela Exmª Srª Drª Juíza Maria Aldecy de Souza Pissolati, e em razão da prioridade absoluta que os feitos da Infância e Juventude possuem, sem olvidar a prioridade que os feitos relativos à matéria de improbidade administrativa e outros mais também têm, esforços precisam ser fortalecidos, o que será feito por este magistrado, de forma permanente, e como exige a sociedade local.

Ressalva, outrossim, que desde sua titularização, este magistrado não recebeu qualquer reclamação, verbal ou escrita, seja de parte, interessado(a) ou membro do Ministério Público do Estado do Pará relativamente ao tempo de tramitação de processo de sua competência, ou originário da 3ª Vara Cível desta Comarca, esteja o feito no gabinete ou na Secretaria, bem como que tem orientado frequentemente servidores a dar andamento constante aos processos, independentemente se são ou não da 3ª Vara Cível ou desta 4ª Vara Cível e Empresarial.

A despeito do exposto, informa ainda que vem despachando, decidindo e sentenciando processos originários da 3ª Vara Cível desta Comarca, sendo que um deles inclusive ganhou repercussão na mídia local, tornando-se notório como o que resultou na maior constrição judicial de patrimônio, em sede de ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada por membro do Ministério Público local, na história da Comarca de Marabá/PA.

Informa ainda que, como é de sua praxe, tinha a pretensão de fazer correição na 4ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca, logo que foi titularizado, mas foi avisado pelo Diretor de Secretaria Ilmº Sr. Lucileno Cardoso Cavalcante que essa h. Corregedoria já havia designado data para realização da presente correição.

São as considerações, que, respeitosamente, submeto à apreciação dessa douta Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, colocando-me inteiramente à disposição para qualquer esclarecimento.

Reitero votos de estima e consideração.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARABÁ

A 4ª Vara cível e empresarial de Marabá é a unidade judicial da Comarca com o menor acervo processual, contando com competência privativa na área da Infância e Juventude, interditos, órfãos e ausentes.

O Dr. Manoel Antônio Silva Macêdo é o magistrado titular da Vara desde 09/02/2017.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 1.002 (mil e dois) processos em tramitação na Vara, dos quais 44 (quarenta e quatro) com tramitação externa, constando do Sistema Libra o número de 1.086 (mil e oitenta e seis) feitos, dos quais, 916 (novecentos e dezesseis) do acervo ativo.

A resenha para publicação é feita diariamente.

A Secretaria é organizada, possuindo as pastas necessárias para os trabalhos desenvolvidos na Vara, apesar de contar com somente 02 (dois) analistas e 01 (uma) estagiária, além do Diretor de Secretaria. No Gabinete, há 01 (uma) analista e 01 (uma) assessora.

São usadas tarjas coloridas para identificação dos processos: rosa para medidas de proteção, adoção e destituição do poder familiar, na cor preta para interdição e curatela, nas cores verde e amarela para carta precatória, nas cores azul e amarela para ação civil pública, cor amarela para infração administrativa, cor vermelha para ato infracional com adolescente apreendido, nas cores azul e vermelha para guia de internação provisória de outras comarcas, cor azul para guia de execução de MSE, ficando sem tarja as representações por ato infracional de adolescentes não internados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida em 2015, não tendo sido cumprida em 2016. Até maio de 2017 (data da Correição na Comarca), a unidade havia superado em mais de 100% a meta estabelecida para o ano em curso.

A Meta 2 do CNJ foi cumprida pela 4ª Vara cível e empresarial, tendo sido alcançado o percentual de 121,49% de cumprimento. O acervo da referida Meta é de 356 (trezentos e cinquenta e seis), tendo sido julgados 346 (trezentos e quarenta e seis).

A Meta 6 do CNJ também foi cumprida, tendo alcançado 166,67% de grau de cumprimento, com acervo de 06 (seis) processos.

De acordo com o Sistema Libra, não há processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias, havendo 134 (cento e trinta e quatro) processos paralisados há menos de 100 (cem) dias.

Ainda de acordo com o Sistema Libra, existiam 04 (quatro) processos conclusos há mais de 100 dias e 175 (cento e setenta e cinco) conclusos há menos de 100 dias.

Foram identificadas 03 (três) petições iniciais pendentes de conclusão e 12 (doze) pendentes de despacho, 48 (quarenta e oito) petições intermediárias pendentes de juntada, as quais não foram remetidas à conclusão, não tendo sido despachadas, constando, no entanto, do Sistema Libra, o número de 326 (trezentos e vinte e seis) petições pendentes de juntada. Havia 130 (cento e trinta) petições intermediárias não despachadas.

São realizadas, em média, 08 (oito) audiências por dia, diariamente, encontrando-se a pauta com a última audiência marcada para 17/08/2017.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema. Constava do Sistema Libra informação sobre a data em aberto mais antiga para oficial de Justiça datada de 23/02/2017 (total de 17), havendo cargas em aberto também nos meses de março (04, em 02/03/2017), abril e maio de 2017.

Havia 04 (quatro) processos com pedido de liminar ou tutela de urgência, com data de conclusão mais antiga de 26/04/2017.

Há 36 (trinta e seis) cartas precatórias em tramitação e 49 (quarenta e nove) aguardando resposta/devolução. O controle das cartas precatórias é realizado mensalmente, quando os processos que aguardam devolução são analisados, verificando-se os prazos para cumprimento das cartas precatórias, com realização das cobranças devidas.

Para os depósitos judiciais, é aberta conta única.

Foi explicado ao Diretor de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 4ª Vara cível e empresarial de Marabá é de 93,14%, apresentando-se elevada, considerando o acervo da unidade judiciária, tendo ocorrido 575 (quinhentas e setenta e cinco) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava em 55,90%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria através de ato ordinatório, por meio de intimação, via DJE e o controle de prazos é realizado através do relatório disponível no Sistema Libra. A carga mais antiga datava de 13/03/2017, para o Ministério Público (total de 27 processos), seguida da carga datada de 20/04/2017, para a Defensoria Pública (15) e de 09/05/2017, para advogados (02).

As armas de fogo apreendidas ficam acondicionadas na Secretaria do Fórum, em um baú com chave, tendo sido recolhidas armas pela Comissão de Transportes de armas do TJPA no dia 1º de dezembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



Havia 22 (vinte e dois) adolescentes internados provisoriamente por prazo inferior a 45 dias e 80 (oitenta) adolescentes cumprindo outro tipo de medida socioeducativa.

Em razão de sentença em ação civil pública, o centro de internação para adolescentes do sexo masculino (CIAM) de Marabá foi interditado parcialmente, recebendo adolescentes somente no caso de internação provisória, de modo que os adolescentes com MSE de internação aplicada por sentença, cumprem a medida em unidades de internação da região metropolitana de Belém.

O CIAM de Marabá recebe também adolescentes provisoriamente internados oriundos das Comarcas de Altamira, Parauapebas e Tucuruí.

A inspeção no Centro de Internação a adolescentes é feita pelo Magistrado bimestralmente. Está pendente informação, no Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de internação e semiliberdade do CNJ sobre inspeção no segundo bimestre (março e abril de 2017).

As equipes multidisciplinares do CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) e do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) do Município fazem acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias, elaborando relatórios periódicos que são encaminhados ao Magistrado, para fins de fiscalização das medidas socioeducativas aplicadas. Há também designação de audiências para acompanhamento do cumprimento das referidas medidas.

Além dos feitos sob sua competência, o Juízo vem atuando como substituto automático nos processos em que a magistrada da 3ª Vara cível se declarou suspeita com relação aos membros do Ministério Público, em torno de 200 (duzentos) processos.

A unidade judiciária analisa feitos de alta complexidade, entre os quais, ações civis públicas, mandados de segurança, ações civis ambientais, em que são frequentemente solicitadas liminares ou tutelas de urgência, que resultam em indisponibilidade de bens, com medidas cautelares e antecipatórias antecedentes, penhoras *on line*, pesquisas Infojud, alguns com muitos volumes, matérias estranhas à competência da Vara.

Desde a Correição ordinária anterior, realizada pela CJCI em junho de 2015, há processos arquivados em várias pastas, em Secretaria, em virtude da situação em que se encontra o arquivo existente no Fórum da Comarca.

Não há bens cadastrados no Sistema Nacional de bens apreendidos do CNJ.

Havia um processo de adolescente internado há 44 dias (nº 0003876-19.2017.8.14.0028), sem sentença prolatada, tendo sido recomendado ao Magistrado que estava respondendo pela Vara a prolação imediata da sentença, que foi proferida, durante a correição, dentro do prazo legal de 45 dias.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02, feitos da Infância e Juventude (atos infracionais – representação e execução de medidas socioeducativas) e de cartas precatórias, relatórios extraídos do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de dados da Secretaria de Informática do TJPA e informações sobre alimentação dos Sistemas do CNJ emitidas pela Seção de Registros das Atividades Judiciais da CJCI.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ; ✓
- 2 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, havendo mandados com carga em aberto desde agosto de 2013, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias; ✓
- 3 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 24/08/2005, com o MP, desde 26/03/2003, com advogados, e desde ✓



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



12/08/2013, com a Defensoria Pública, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;

4 – Providenciar a juntada, no Sistema Libra, das petições físicas (intermediárias) pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

5 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível, e devolvê-las ao Juízo deprecante, em prazo razoável;

6 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;

7 – Encaminhar ao Gabinete todos os processos conclusos, evitando a pre conclusão, havendo, inclusive, petições iniciais e intermediárias pendentes de conclusão e despacho (48), informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 6 do CNJ;

2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;

3 – Cobrar da Secretaria a conclusão diária das petições iniciais e dos processos com petições intermediárias pendentes de juntada;

4 – Analisar, com urgência, os processos com pedido de liminar e tutela antecipada, conclusos desde 26/04/2017;

5 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada;

6 – Realizar inspeção mensal (e não bimestral) no Centro de internação de adolescentes do sexo masculino (CIAM) da Comarca;

7 – Atualizar as informações no Cadastro Nacional de inspeções em unidades de internação e semiliberdade do CNJ no bimestre março/abril de 2017;

8 – Agilizar o atendimento às necessidades das duas crianças que se encontram sob medidas de proteção nos autos do processo nº 0008475-74.2012.8.14.0028, incluído na Meta 2 do CNJ, bem como a conclusão do feito (análise, em anexo);

9 – Agilizar a conclusão do processo nº 0000472-52.2006.8.14.0025 (Meta 2 do CNJ), tratando-se de ação de adoção que havia sido ajuizada há quase 11 anos atrás, na Comarca de Itupiranga, que, após declinação de competência, foi redistribuída para a Vara de Marabá, em 05/12/2016. A adotanda completará 18 anos de idade em julho de 2017 (análise, em anexo);

10 – Agilizar a conclusão do processo nº 0007406-70.2013.8.14.0028 (Meta 2 do CNJ), que tramita há quase 04 anos, apesar de envolver pedido de urgência, tratando-se de ação de obrigação de fazer c/c antecipação de tutela c/c ressarcimento de valores, sendo o autor menor de idade portador de necessidades especiais (análise, em anexo).

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA
COMARCA DE MARABÁ



Expedição de ofícios à Presidência do TJPA, solicitando: 1 – que seja verificada, junto à Secretaria de Gestão, a possibilidade de lotação/nomeação de servidores (analistas e auxiliares) para melhorar o quadro funcional da Vara; 2 – que, em parceria com a Escola Superior de Magistratura, seja realizado curso de ensino à distância (EAD), *on line*, de atualização, Gestão de Secretaria entre outros que contribuam para o aprimoramento das atividades judiciais.

5A1

**CORREIÇÃO
NA 1ª VARA
CRIMINAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Marabá
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 15 a 19 de maio de 2017.
CORREGEDORA: DESEMBARGADORA VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA.
JUIZA CORREGEDORA: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA.
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara Criminal de Marabá
1.2 COMPETÊNCIA: Criminal – Juízo Singular (todos os crimes com exceção da Violência Doméstica contra a Mulher)
1.3 MAGISTRADO (A): Renata Guerreiro Milhomem de Souza
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 09.02.2017, Portaria 2017 SJ - 17. – A Juíza iniciou seus trabalhos na Vara em 09.02.2017.
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rodovia Transamazônica, s/n, bairro Amapá – Marabá/PA.
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: PRÓPRIO.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Boa, salvo setor de arquivo.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ

Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa (X) Regular () Ruim Justificar: Nenhum magistrado utiliza e segundo o Diretor de Secretaria vai virar arquivo.		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Renata Guerreiro Milhomem de Souza, 09.02.2017, Portaria 2017 SJ - 17.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Observação: A Vara ficou sem Juiz Titular desde dezembro de 2015, mês em que o Dr. Emerson Benjamim foi removido para a Comarca de Capanema até fevereiro de 2017 quando a Dra. Renata Milhomem assumiu a Vara.		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não houve		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Respondendo pela Vara da Comarca de Jacundá em conformidade com a Portaria 2240/2017-GP de 15.05.2017.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: NÃO SE APLICA.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: As audiências são feitas por meio de gravação em mídia		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 EMERSON BENJAMIM	08.02.2010	Dez/2015
02 MURILO LEMOS SILVA	10.12.2011	01.01.2012
03 EDUARDO ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA	06.06.2012	-
04 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	25.09.2012	26.09.2012
05 CELSO QUIM FILHO	03.12.2012	22.01.2013
06 CÉSAR DIAS DE FRANÇA LINS	03.12.2012	-
07 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	25.03.2013	27.03.2013
08 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	02.05.2013	31.05.2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



09 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	04.06.2013	07.06.2013
10 DANIEL GOMES COELHO	01.07.2014	24.07.2014
11 WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA	17.07.2013	-
12 DANIEL GOMES COELHO	02.12.2013	31.12.2013
13 DANIEL GOMES COELHO	07.01.2014	05.02.2014
14 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	10.06.2014	24.06.2014
15 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	20.06.2014	20.06.2014
16 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	01.12.2014	20.12.2014
17 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	07.01.2015	31.01.2015
18 DANIEL GOMES COELHO	07.12.2015	16.05.2016
19 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	17.05.2016	24.05.2016
20 DANIEL GOMES COELHO	25.05.2016	31.05.2016
21 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI	01.06.2016	30.06.2016
22 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	08.06.2016	08.06.2016
23 THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS	21.06.2016	21.06.2016
24 THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS	23.06.2016	23.06.2016
25 CESAR LEANDRO PINTO MACHADO	29.06.2016	29.06.2016
26 CESAR LEANDRO PINTO MACHADO	01.07.2016	10.08.2016
27 THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS	11.08.2016	12.08.2016
28 DANIEL GOMES COELHO	13.08.2016	08.02.2017
29 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	26.08.2016	26.08.2016
30 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	08.09.2016	09.09.2016
31 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	13.10.2016	13.10.2016
32 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	30.01.2017	30.01.2017
33 RENATA GUERREIRO	09.02.2017	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ

MILHOMEM SOUZA	DE	
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE:		
Nome: Patrícia Flores Leão Ferreira Alves Cargo: Assessora de Magistrado Ato de nomeação: Portaria 1121/2017-GP.		
Nome: Aline Raquel Miranda Marques Cargo: Analista Judiciária Ato de nomeação: Portaria 797/2012-GP. Ato de lotação: Portaria 045/2012-DF		
Nome: Vânia Lucia da Silva Nascimento Cargo: Analista Judiciária Ato de nomeação: Portaria 2572/2015-GP.		
4.2 SECRETARIA:		
Nome: Rafael Alves de Matos Cargo: Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria 3832/2012-GP. Ato de lotação: Portaria 219/2012-DF.		
Nome: Jonas Carneiro Alexandre Cargo: Analista Judiciário Ato de nomeação: Portaria 0770/2006-GP. Ato de lotação: Portaria 045/2015-DF.		
Nome: Laudiceia Batista Matos Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria 2417/2012-GP. Ato de lotação: Portaria 134/2012-DF.		
Nome: Paola Mota Senra Bragança Cargo: Estagiária		
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA		
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Paulo Sérgio Morgado, 09.12.2015.		
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular.		
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não.		
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Halline Karol Noceti Servilha, dezembro/2013.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular.
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Dados constantes da Secretaria Judicial de Marabá
6.1.1 FROTA: Dados constantes da Secretaria Judicial de Marabá
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar Dados constantes da Secretaria Judicial de Marabá
6.2 INFORMÁTICA: Dados constantes da Secretaria Judicial de Marabá
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: A Secretaria da Vara relatou que houve melhora da banda larga e por isso a internet ficou melhor
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Há 05 pontos na Vara, sendo um para cada computador que existe na Vara
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA. Relata que a resenha do libra não é boa. A resenha é feita digitando.
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1crimmaraba@tjpa.jus.br O e-mail da Vara é aberto diariamente pelo Diretor de Secretaria o qual fica aberto o dia todo para eventual consulta
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: As pastas se encontram em bom estado de conservação.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar: A Secretaria possui diversas pastas organizadas, tais como? - Central de Mandados - Alvar[as Expedidos - Ofícios Expedidos - Portarias 2016 Feriados - Processos Arquivados - Correição e Inspeções - Corregedoria. Observação: O Diretor de Secretaria questionou se ainda era necessário a utilização do livro do rol dos culpados, acrescentando que todos os dados se encontram no LIBRA, mas foi devidamente orientado pela Juíza Auxiliar da CJCI.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

Sim Não

Justificar: Todo os servidores possuem senha e TOKEN

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

Sim Não

Justificar: Treinamento para os servidores, principalmente na área processual. Ha dois analistas e um auxiliar na Secretaria e no Gabinete dois analistas e uma Assessora

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

Sim Não

Justificar: Trabalho realizado pelo Gabinete e Secretaria. A Juíza elabora a pauta de réus presos, soltos e as audiências de custódia, estas últimas são realizadas quase que diariamente por causa dos flagrantes. A pauta e compartilhada com a Secretaria As audiências são registradas e cadastradas no Libra. As audiências são realizadas diariamente e as audiências de custodias também são cadastradas no LIBRA e no SISTAC do CNJ. A pauta de audiências para réus soltos está marcada para marco de 2018 e a de réus presos para julho de 2017. A pautas das audiências são controladas na planilha do Excel no computador. Os processos ficam expostos em estante aberta na Secretaria onde são separados por mês. Existe um sistema de localização interna que permite encontrar rapidamente os processos. As audiências são realizadas em média 5 por dia. O acúmulo é decorrente da saída do juiz titular de dezembro de 2015 quando o Dr. Emerson foi removido, razão pela qual os processo se acumularam no gabinete .Nas segundas feiras são destinadas para a realização das audiências de processos suspensos, às terças, quartas e quintas são destinadas para instrução e julgamento, numa média diária de 5 processos de instrução e julgamento e uma ou duas de custódia diária, e uma ou duas de cartas precatórias,

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

Sim Não Justificar:

O Arquivamento é diário. No momento da Correição não havia nenhum processo para ser arquivado fisicamente. O Diretor informou que no mesmo momento do arquivamento físico, procede o arquivo no sistema LIBRA

O Diretor relatou que quanto ao s processo que aparecem na listagem como pendentes de arquivamento (no total de 75), com exceção dos processos 000007716200981400/ 000260718201281400, 000712517201381400, 0042552320181400, 00000694450201581400 (TCO) , os demais estão em andamento.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente. Junta cópia da publicação nos autos.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

Os dados foram extraídos do sistema Libra

TOTAL GERAL 2015:

Despachos: 852

Decisão Interlocutória: 947

Sentença: 247

Audiência: 492

TOTAL GERAL 2016:

Despacho: 962

Decisão Interlocutória: 1361

Sentença: 219



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



Audiência: 805	
TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição em 12.05.2017):	
Despacho: 291	
Decisão Interlocutória: 1077	
Sentença: 80	
Audiência: 333	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CRIMINAIS	
PENAIIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	391
PENAIIS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	14
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-----
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-----
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-----
EXECUÇÃO PENAL	-----
PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	761
Processos suspensos	939
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	28
SUB –TOTAL DA CONTAGEM	2.133
Feltos com Tramitação Externa	129
TOTAL DA CONTAGEM FÍSICA + TRAMITAÇÃO EXTERNA	2.262
ACERVO LIBRA	2814
9. INDICADORES GERAIS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

Sim Não

Justificar: A Secretaria utiliza sempre que necessário. O Diretor ressalta a importância de uma nova revisão com a adoção de uma padronização dos documentos para todas as comarcas. Sugere a utilização da Central de Mandados, via libra, para outras comarcas em substituição à emissão de cartas precatórias e, que no caso de liberação dos alvarás de solturas, que sejam todos emitidos eletronicamente. A Vara tem uma relação dos mandados eletrônicos remetidos às outras comarcas, entretanto, em muitos consta a situação como distribuídos, não cumpridos, apenas cadastrados sem cumprimento. Isso ocorre porque nem todas as Comarcas utilizam o Sistema da Central de Mandados do Libra como instrumento ágil de remessa de mandados.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TIPA.

Ano 2017: Ações Distribuídas: 112

Ações Julgadas : 74 (até véspera da correição em 12.05.2017)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	400	326 – Meta não cumprida
2016	387	183 – Meta não cumprida
2017 (até a véspera da correição 12.05.2017)	143	82

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

Sim Não

Justificar: A Secretaria utiliza as seguintes cores para identificação dos processos:

- a) Vermelha - Réus presos e cartas precatórias
- b) Verde - Réus preso por outro processo
- c) Preto - Segredo de Justiça
- d) Amarelo - Crimes que envolve menores e idosos
- e) Laranja – Processo da Meta 2
- f) Azul - Improbidade Administrativa e crimes contra a administração pública

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(9) INICIAIS;

(6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(4) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(8) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;

(5) IDOSO;

(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(1) RÉU PRESO;

(3) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(2) ALVARÁ DE SOLTURA;

(10) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(7) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

() OUTRO

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
----------	-----	-----



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		-----
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS (Tem Comarca Vara de Execuções)		X
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		-X-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? NÃO SE APLICA. () Sim (x) Não Justificar: Não há nenhum servidor respondendo sindicância ou processo administrativo.		
10. INDICADORES CRIMINAIS		
10.1 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: (ano de 2015) : 93 (ano de 2016) : 85. (ano de 2017): 32		
10.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 72		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

11.3 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não Justificar: CRF – 75 presos. CTMM – 427 presos. CRAMA – 445 presos. Presos provisórios 1ª Vara Criminal – 72. 72/947 = 7%
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar: O Juízo verifica sempre a possibilidade de arbitramento de fiança antes de emitir mandado de prisão.
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Os processos foram analisados por amostragem, no total de 10 (dez).
12 PRECATÓRIAS
12.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 28
12.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 34.
12.3 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não O Controle somente é feito mensalmente. A Secretaria fica aguardando o prazo para cumprimento e sempre que constatado o excesso de prazo para cumprimento, expede ofício e/ou faz contato telefônico ou e-mail, solicitando a devolução da carta precatória devidamente cumprida.
13 INQUÉRITOS POLICIAIS
13.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: ZERO.
13.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 26. O mais antigo: data de 03.08.2016
13.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 184. O mais antigo data de 07.04.2014 Obs: O Diretor de Secretaria informou que a Juíza já determinou à Secretaria a expedição de ofícios cobrando a devolução dos inquéritos.
14 DENÚNCIAS:
14.1 DENÚNCIAS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: ZERO.
14.2 DENÚNCIAS PENDENTES DE CONCLUSÃO: ZERO.
14.3 DENÚNCIAS PENDENTES DE DESPACHO: ZERO.
15 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
 MARABÁ



15.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 96. OBSERVAÇÃO: o Diretor de Secretaria extrai a listagem do Libra onde consta 457 processos, mas o mesmo somente verificou 96 contados fisicamente paralisados. Esclareceu que houve a semana de arquivamento (mutirão) ocorrido em dezembro/2016, no qual foi verificado muitas incongruências no Libra, pois os processos em sua maioria estão em andamento.		
15.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 184 .Contados fisicamente pela data do despacho		
15.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: ZERO.		
15.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 104.(contados fisicamente) no Gabinete		
15.5 PROCESSO CONCLUSO HÁ MENOS DE 100 DIAS: 229(contados fisicamente) no Gabinete		
15.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RUI COSTA DE OLIVEIRA	12	16.03.2017
ADRIELSON SOUZA ALMEIDA(mandato eletrônico – Goianésia doo Pará)	1	23.03.2017
FRANCISCO RONALDO DE ARAUJO (Altamira)	1	23.03.2017
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	3	28.03.2017
NEUMA CORREA DE MIRANDA	2	30.03.2017
RUSTIN CARVALHO BARBOSA (São Domingos do Araguaia)	1	04.04.2017
15.7. HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Sempre que constatado o excesso de prazo para cumprimento, expede-se ofício e/ou contato telefônico ou fala com o Oficial de Justiça na Central de Mandados, solicitando a devolução daquele devidamente cumprido. O Diretor extrai um relatório do Libra e quando constata o atraso, bem assim como em relação às cartas precatórias.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	77	07.04.2011
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	----
17.7.3 ADVOGADO	05	13.09.2010
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Sempre que constatado o excesso de prazo para cumprimento, expede-se ofício e/ou contato telefônico ou publicação via DJE, solicitando a devolução do feito.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ

16 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (x) Sim () Não Justificar: As armas são recebidas na Secretaria do Fórum, após virem da Distribuição. As armas permanecem na Secretaria e são alocadas dentro de um baú com chave. No momento da Correição havia 20 revólveres. A Última remessa à Comissão foi em 01.12.2016. Foi verificado na Secretaria do Fórum que não há drogas na Secretaria pois estas ficam na Delegacia e só vem para o Fórum o laudo. Nem todas as armas dentro do baú que ficam na Secretaria do Fórum consta etiqueta ou informação da Vara a que pertence, constando apenas o número do inquérito policial. Não há armas na Secretaria da Vara, mas há algumas caixas com Livros apreendidos, por não haver local apropriados nas dependências do Fórum de Marabá. As armas se encontram cadastradas no Libra		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS A DFOIPREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: As armas encaminhadas ficam cauteladas na Secretaria do Fórum. Nas dependências não há locais apropriadas para sua guarda. Não há dinheiro guardados na Secretaria. Mas há valores depositados nos bancos pelo Sistema de Depósito Judicial, no valor total de 148.559,40.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (x) Sim () Não Justificar: Os objetos estão registrados no Sistema Libra		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM (somente referente ao ano de 2017)	PROCESSO	NOME DAS PARTES
MOEDA	0000381-64.2017	ALEXANDRE FER
REVOLVER	0000581-71.2017	PAULO PEREIRA
MOEDA	0001484-09.2017	MARCELO SOAR
MOEDA	0001362-93.2017	RICARDO SILVA
MOEDA	0003857-13.2017	WEVERTON SILV
MOEDA	0003836-37.2017	WELLINGTON S
MOEDA	0003758-43.2017	PABLO YANG
MOEDA	0006960-28.2017	DAVI CARDOSO
MOEDA	0005616-12.2017	JOSÉ FRANCISCO
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (x) Sim () Não Justificar: Sim, em vista que o último recolhimento se deu em 01.12.2016.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



<p>() Sim (x) Não Justificar: As armas encaminhadas ficam cauteladas na Secretaria do Fórum.</p>
17 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
<p>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não Conforme documento em anexo consta o valor de 148.559,40, depositados no SDJ- Sistema de Depósito Judicial.</p>
<p>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não Justificar: Inclusive as fianças.</p>
<p>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: Os processos 076554-03.2015.814.0028; 0001643-54.2014.814.0028, 0009925-81.2014.814.0028,9 já foram concluídos e diante da impossibilidade de localização dos acusados, o juízo determinou fosse recolhido ao Fundo Nacional de Antidrogas – FUNAD. Totalizam sete processos para serem cumpridos a determinação judicial.</p>
<p>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não Alessandra Heringer</p>
<p>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não Justificar:</p>
<p>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? NÃO SE APLICA. () Sim () Não Justificar:</p>
18 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
<p>Necessidade de mais servidores para uma melhor prestação jurisdicional, bem como dar maior celeridade ao andamento dos feitos; Melhorias constantes no acesso à <i>internet</i>, bem como do sistema de gestão de processos e sistemas auxiliares; Melhoria no <i>layout</i> dos documentos gerados pelo sistema LIBRA, com fins de propiciar uma melhor visão dos documentos gerados; Criação de mais uma Vara Criminal de competência comum;</p>
19 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
<p>Esta magistrada assumiu a titularidade da 1ª vara criminal da comarca de Marabá no dia 09.02.2017, deparando-se com expressivo acervo de processos conclusos em gabinete, aguardando prolação de sentença e decisões, uma vez que a vara estava sem juiz titular há mais de 01 (um) ano.</p> <p>Primeiramente, foi dado andamento aos feitos conclusos para decisão, especialmente porque se tratavam de inúmeros processos aguardando remessa para o Tribunal, atos de meros expediente, assim como a</p>



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ**

designação de audiência, o que pode ser comprovado pela pauta de audiências, que atualmente está com horários livres para réus soltos somente a partir de março de 2018.

A equipe de servidores da 1ª Vara Criminal de Marabá, em secretaria e gabinete, é responsável e compromissada com o trabalho, consciente de suas atribuições e proativa para a solução das dificuldades e impulsionamento dos processos. Possuímos deficiência no número de servidores especialmente no gabinete, o que será agravado pela perda de uma analista judiciária a partir do mês de junho, pois a mesma será relotada em outra serventia. Portanto, o gabinete da 1ª vara criminal de Marabá contará apenas com duas servidoras (uma analista judiciária e a assessora da magistrada), o que continuará a obrigar esta magistrada a realizar as audiências sem o auxílio de qualquer servidor, uma vez que o gabinete não teria condições de funcionar a contento com somente uma funcionária para realizar as pré-análises e minutas, razão pela qual aproveito esta oportunidade para requerer a designação de uma auxiliar judiciária.

Ressalto que, mesmo diante dos problemas acima relatados, daremos prioridade aos processos inseridos nas metas 2 e 4 do CNJ, sem prejudicar o andamento processual dos demais feitos, ressaltando, ainda, as prioridades que devem ser respeitadas, no que se refere aos processos de réus presos e cumprimento de cartas precatórias, nos limites de nossa capacidade laborativa, sempre em busca de promover a melhor prestação jurisdicional.

Marabá/PA, 09 de maio de 2017.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARABÁ

A 1ª Vara criminal de Marabá possui competência para Juízo Singular, exceto para o julgamento de crimes de violência doméstica e familiar.

A Dra. Renata Guerreiro Milhomem de Souza é a Juíza titular da Vara desde 09/02/2017.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 2.262 (dois mil, duzentos e sessenta e dois) processos em tramitação na Vara, dos quais 999 (novecentos e noventa e nove) se encontram suspensos com fundamento no art. 366 do CPP, o que representa 44,16%, constando, no entanto, do Sistema Libra o número de 2.814 (dois mil, oitocentos e catorze) processos do acervo ativo, o que demonstra discrepância que precisa ser corrigida.

A resenha para publicação é conferida diariamente.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria, tendo sido observada organização, com pastas necessárias aos trabalhos desenvolvidos. Há tarjas coloridas identificando os processos, sendo usada a de cor verde para réus presos por outro processo, a de cor preta para Segredo de Justiça, amarela para crimes que envolve menores e idosos, laranja para processos da Meta 2 e azul para improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



O arquivamento ocorre diariamente, não existindo processo para arquivo identificado durante a Correição. O Diretor de Secretaria informou que no mesmo momento do arquivamento físico, ocorre o arquivo no Sistema Libra.

Constavam 75 (setenta e cinco) processos como pendentes de arquivamento, se encontram em andamento, exceto os processos nº 000007716.2009.814.0028, 000260718.2012.814.0028, 000712517.2013.814.0028, 00000694450.2015.814.0028 (TCO).

Na Secretaria há 02 (dois) analistas judiciários, incluindo o Diretor de Secretaria, 01 (um) auxiliar judiciário e 01 (um) estagiário. No Gabinete atuam 02 (dois) analistas judiciários e 01 (uma) assessora.

Com relação à Meta 1 do CNJ, não foi cumprida nos anos de 2015 e 2016 e ainda não havia alcançado grau de cumprimento em 2017 (até a data da correição).

A Meta 2 do CNJ ainda não foi cumprida, havendo 391 (trezentos e noventa e um) processos incluídos na referida Meta, tendo sido alcançado o percentual de 92,56% do total que deveria ser alcançado, de acordo com o Portal das Metas. Há necessidade de julgamento de 38 (trinta e oito) processos.

Com relação à Meta 4 do CNJ, também não foi cumprida, tendo sido alcançado o percentual de 37,59% de cumprimento, faltando o julgamento de 8 (oito) processos para cumprimento da referida Meta, que conta com acervo de 19 (dezenove) processos.

Havia, de acordo com o Sistema Libra, 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias. O Diretor de Secretaria da Vara verificou, no entanto, pela contagem física, 96 (noventa e seis) processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, tendo esclarecido que após a semana de arquivamento (Mutirão) ocorrida em dezembro de 2016, foram verificadas incongruências no Libra, encontrando-se muitos processos em andamento.

Havia 104 (cento e quatro) processos conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias, de acordo com contagem física e 229 (duzentos e vinte e nove) há menos de 100 (cem) dias.

Não havia denúncias pendentes de registro/autuação, nem de conclusão ou despacho.

Com relação aos Inquéritos Policiais, 26 (vinte e seis) haviam sido encaminhados ao Ministério Público, sendo que o mais antigo datava de 03/08/2016. 184 (cento e oitenta e quatro) IPLs foram remetidos à Delegacia de Polícia, para cumprimento de diligências, sendo que o mais antigo datava de 07/04/2014. A Juíza determinou à Secretaria a expedição de ofícios cobrando a devolução dos Inquéritos.

São realizadas, em média, 05 (cinco) audiências de instrução e julgamento por dia, diariamente. Às segundas, são realizadas audiências em processos suspensos, às terças, quartas e quintas, instrução e julgamento, realizando-se também uma ou duas audiências de custódia diariamente e uma ou duas de carta precatória. As audiências de custódia são cadastradas no Sistema Libra e no SISTAC. A pauta de audiências para réus soltos está com data marcada até março de 2018 e de réus presos para julho de 2017. A Juíza elabora a pauta de réus presos, soltos e audiências de custódia, estas últimas realizadas diariamente por causa dos flagrantes e a pauta é compartilhada com a Secretaria e controlada em planilha do Excel.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e o controle é feito através da extração de relatório pelo Sistema. A cobrança é realizada na medida em que se



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ**

constata atraso na devolução, expedindo-se ofício ou se mantendo contato telefônico ou ainda pessoalmente com os Oficiais de Justiça na Central de Mandados. Constava do Sistema Libra data com carga mais antiga de mandado com Oficial de Justiça 16/03/2017 (total de 12), 02 (dois) mandados desde 23/03/2017, 03 (três) desde 28/03/2017, 02 (dois) desde 30/03/2017 e 01 (um) desde 04/04/2017.

Existiam 28 (vinte e oito) cartas precatórias em tramitação e 34 (trinta e quatro) expedidas aguardando resposta/devolução. O controle de prazo é feito mensalmente. A Secretaria aguarda o prazo para cumprimento e quando constata extrapolação de prazo, expede ofício e/ou mantém contato telefônico ou por e-mail, cobrando a devolução da carta precatória.

O SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia) está sendo devidamente alimentado.

Foi explicado ao Diretor de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 1ª Vara criminal de Marabá é de 97,53%, tendo ocorrido 593 (quinhentos e noventa e três) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 78,19%.

A cobrança de processos com vista além do prazo é efetuada pela Secretaria através de ato ordinatório, por meio de intimação, via DJE, e via ofício ou contato telefônico. Havia 77 (setenta e sete) processos com carga ao Ministério Público, desde 07/04/2011, nenhum com carga à Defensoria Pública e 05 (cinco) com carga para advogado, desde 13/09/2010. Não há ferramenta de controle de extrapolação de prazos para carga.

A última remessa de armas à Comissão do TJPA ocorreu em 01/12/2016. Foi constatada, na Correição, a existência de 20 (vinte) revólveres apreendidos. As armas ficam sob a cautela da Secretaria do Fórum, guardadas em um baú, com chave.

Há valores depositados em subconta, alguns há mais de 03 (três) anos. Os processos nº 076554-03.2015.8140028, nº 0001643-54.2014.814.0028 e 0009925-81.2014.814.0028 foram concluídos e ante a impossibilidade de localização dos réus, o juízo determinou o recolhimento dos valores ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

Os bens apreendidos são cadastrados no Sistema Libra. Constava cadastrado 01 (um) bem apreendido no Sistema Nacional de bens apreendidos do CNJ (SNBA).

Havia 72 (setenta e dois) presos provisórios respondendo a processo criminal na Vara, restando cumprida a meta de nivelamento do CNJ (40% de presos provisórios). Houve 93 (noventa e três) condenações de réus presos em 2015, 85 (oitenta e cinco) em 2016 e 32 (trinta e duas) em 2017 (até a data da correição).

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos de réus presos, processos das Metas 2 e 4 CNJ e processos criminais fora das Metas, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, em número elevado, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;

- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 4 do CNJ, mantendo os da Meta 02, ainda em número elevado, separados dos demais processos em tramitação;
- 3 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 2 do CNJ que se encontram paralisados em Secretaria, cobrando devolução de cartas precatórias (exemplo: nº 0000802-69.2004.814.0028, nº 0001729-59.2013.814.0028 e nº 0002646-43.2003.8.14.0028 – paralisado desde 2012), informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias (planilha, em anexo);
- 4 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 4 do CNJ que se encontram paralisados em Secretaria (exemplo: nº 0007018-92.2007.8.14.0028, 0005600-25.2008.8.14.0028, 0000445-16.2013.8.14.0028), informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias (planilha, em anexo);
- 5 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 6 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público e para advogados, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 07/04/2011, com o MP, e desde 13/09/2010, com advogados, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 7 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;
- 8 – Verificar e sanar as divergências encontradas no Sistema Libra, relacionadas ao Relatório de processos sentenciados e não arquivados (75), arquivados com apensos em outra situação (36), processos não arquivados com apensos arquivados (28) e processos sem classe ou assunto do CNJ (13), abrindo chamado, se necessário, junto ao Setor de Informática do TJPA, com comunicação a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;
- 9 – Cadastrar os bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 10 – Readequar os processos a classes e aos assuntos da tabela unificada do CNJ, no total de 13 (treze), informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 11 – Realizar o controle do prazo prescricional em todos os processos, na contracapa e/ou no Sistema, inclusive nos que se encontram suspensos, informando a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 12 – Tramitar conclusos ao Gabinete todos os processos aptos à conclusão, sendo vedada pelo CNJ pre conclusão.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ**

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 4 do CNJ;
- 2 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 3 – Expedir ofício à autoridade policial da DEPOL local, requerendo a devolução dos 184 IPLs que estavam com pendência de diligências, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 4 – Supervisionar, como gestora da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 5 – Supervisionar, como gestora da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria consistente em utilização de ferramentas no Sistema para controle de prazos, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a providência adotada;
- 6 – Solicitar ao Diretor de Secretaria a conclusão dos processos que se encontram em secretaria pendentes de despacho ou decisão, como por exemplo o processo nº 0000445-16.2013.8.14.0028 (paralisado desde 22/01/2015), sendo vedada pelo CNJ a pre conclusão.

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI

Expedição de ofício à Presidência do TJPA, solicitando a realização de cursos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, de ensino à distância (EAD), *on line*, para atualização em Gestão de Secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

660

**CORREIÇÃO
NA 2ª VARA
CRIMINAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 15 A 19/05/2017
CORREGEDORA: Desa. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Criminal
1.2 COMPETÊNCIA: Juízo Singular (exceto crimes de violência contra a mulher)
1.3 MAGISTRADO (A): Marcelo Andrei Simão Santos
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 20/10/2011
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rodovia Transamazônica, s/n – Agrópolis do INCRA – Bairro Amapá
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: TJE/PA
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Salas e espaços satisfatórios ao desenvolvimento das atividades.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Às salas são limpas todos os dias.
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: Móveis em bom estado, atendem às necessidades.
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar: Há segurança satisfatória, com porta com detector de metais e câmeras.
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ

Justificar: Fórum bem localizado, com amplo espaço de estacionamento e fácil acesso.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar: Passou por reformas para funcionar como arquivo dos processos deste Fórum.		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Marcelo Andrei Simão Santos – Desde 20/10/2011.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: NÃO HÁ		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 25/06/2013 a 12/07/2013; 03/04/2014 a 30/04/2014; 02/05/2014 a 31/05/2014; 05/04/2015 a 07/06/2015; 03/04/2017 a 02/05/2017.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Direção do Fórum e Cartório Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Mutirão de réus provisórios de 06 a 10/04/2015; mutirão de processos em Redenção de 05 a 12/12/2014		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Sistema automatizado de termos de audiência, com organização das mídias de gravação dos depoimentos. Sistema de despachos automatizados. Controle do prazo prescricional do Art. 366 do CPP, através de tabelas do Excel.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 - RENATA GUERREIRO MILHOME DE SOUZA	03/04/2017	02/05/2017
02 - THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS	15/06/2016	01/07/2016
03 - DANIEL GOMES COELHO	11/02/2016	17/02/2016
04 - NILDA MARA MIRANDA FREITAS JACOME	07/01/2016	05/02/2016
05 - ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	05/06/2015	07/06/2015
06 - DANIEL GOMES COELHO	11/04/2015	04/06/2015
07 - DANIEL GOMES COELHO	02/05/2015	31/05/2015
08 - EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO	01/04/2015	10/04/2015
09 - DANIEL GOMES COELHO	02/05/2014	31/05/2014
10 - ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	03/04/2014	30/04/2014
11 - ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	25/06/2013	24/07/2013
12 - MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	20/10/2011	Em exercício
4. QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: Cezar Thiago Barreto Correia		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARABÁ



Cargo: Assessor do Juiz
Ato de nomeação: Portaria 301/10-GP
Ato de lotação: Portaria 186/10

Nome: Alyne Sousa da Silva
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: Portaria 2477/15-GP
Ato de lotação: Portaria 2477/15-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Jaconias Medeiros Silva
Cargo: Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: 022/2008
Ato de lotação: Portaria /2003

Nome: Dalva da Silva Monteiro –cedido da Prefeitura de Marabá
Cargo: Auxiliar de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria 053/2005
Ato de lotação:

Nome: Nilton Ferreira Pinto – cedido da Prefeitura de Marabá
Cargo: Auxiliar de Secretaria -
Ato de nomeação: Portaria 664/2010
Ato de lotação:

Nome: Amanda Nogueira Carvalho
Cargo: Estagiária
Ato de nomeação: Contrato
Ato de lotação:

Nome: Cleidiane Silva Pinheiro
Cargo: Estagiária
Ato de nomeação: Contrato
Ato de lotação:

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Cristine Maggela Silva Correa – Desde 01/04/2013.

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO HÁ

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Eloizio Cordeiro Taveira De Souza – Desde 20/05/2014.

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO HÁ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA:
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: Não há veículos vinculados à secretaria.
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: link é satisfatório, raramente está off line. A banda foi aumentada para 15 megas e melhorou bastante o acesso à internet desde o final de 2016
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05 pontos Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. são suficientes.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Sistema Libra . Todos os processos estão devidamente cadastrados no Sistema. Todas tramitações sejam internas e externas também estão devidamente cadastradas no Sistema Libra.
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? O Diretor de secretaria e o e-mail é verificado diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: Quando em mau estado, são trocados.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: São guardados em armário de aço e com etiquetas de identificação. Possui diversas pastas em armário tais como: Pastas de Inquéritos encaminhados à Depol, Ofícios recebidos, Vistas ao Ministério Público, Relatórios, Processos arquivados
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Todos os processos possuem tramitação interna. A Secretaria possui um sistema de localização interna dos processos.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? () Sim (X) Não Justificar: Está sendo viabilizado junto ao setor de informática. Somente duas estagiarias não possuem senha.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ



7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Cursos de word e Excel e treinamentos no LIBRA para os estagiários. A reclamação dos servidores é que não conseguem fazer nem mesmo os cursos on line, porque mesmo se inscrevendo não conseguem as vagas.	
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: Todas as audiências são gravadas em mídia (áudio e vídeo) e os termos são cadastrados no sistema. Em relação a pauta de audiências. A pauta de audiências é elaborada pela servidora Aline juntamente com o Dr. Marcelo Andrei, no Gabinete. A pasta é compartilhada via rede com a Secretaria. As audiências de réus soltos são separadas pelo mês de sua realização. As audiências de réus soltos estão com pauta marcada a última para 25.08.2017. Os processos de réus presos são separadas por mês também, e a pauta está para junho/2017.	
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? () Sim (X) Não Justificar: Todos estão arquivados definitivamente. Consta dados extraídos do Libra e levantados pelo Setor de Estatística da Corregedoria que evidenciam o contrário, dando conta de que há 67 processos sentenciados e não arquivados, bem como da existência de 25 processos que estariam arquivados com apensos em outras situações.	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? É feita diariamente pelo Diretor de Secretaria.	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
TOTAL GERAL 2015: Despacho: 771 Decisão Interlocutória: 876 Sentença: 380 Audiências: 414	
TOTAL GERAL 2016: Despacho: 976 Decisão Interlocutória: 952 Sentença: 424 Audiências: 471	
TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição): Despacho: 472 Decisão Interlocutória: 359 Sentença: 93 Audiências: 188	
Observação: Dados extraídos do Sistema Libra	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CRIMINAIS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ

PENAIIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	56
PENAIIS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	06
PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	374
Processos Suspensos	792
PRECATORIAS CRIMINAIS	54
Feitos com Tramitação Externa	697
Total da Contagem Física + Tramitação externa	1.979
ACERVO LIBRA	2.344

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar: Acompanhamos às orientações do manual de rotinas.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	331	404 – Meta Cumprida
2016	399	384- Meta não cumprida
2017 (até a véspera da correição)	133	95

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: OS PROCESSOS SÃO DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS DE ACORDO COM AS PRIORIDADES LEGAIS. Utiliza etiquetas para identificar os processos nas seguintes cores:

Cor rosa : para crimes sexuais

Cor branca com dizeres “Segredo de Justiça “na cor preta

Cor branca para idosos com os dizeres “prioridades”

Cor vermelha para os processos de réus presos

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(5) INICIAIS;

(4) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(NÃO SE APLICA) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(NÃO SE APLICA) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(6) IDOSO;

(NÃO SE APLICA) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(NÃO SE APLICA) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(3) RÉU PRESO;

(2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(1) ALVARÁ DE SOLTURA;

(8) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(7) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(9) OUTRO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ



OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD		
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: Nesta secretaria não há nenhum servidor respondendo sindicância ou PAD. Observações CJCI:		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): 56 processos da meta 2 na Vara		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 1.116		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 42		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não Justificar: Tendo em vista que são apenas 42 presos provisórios, está sendo cumprida a meta de nivelamento.		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar: Às normas quanto arbitramento de fianças estão sendo cumpridas.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ

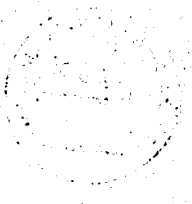
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? CTMM – Central de triagem masculina de Marabá; CRAMA – Centro de recuperação “Mariano Antunes”, CRRM – Centro de recuperação regional de Marabá e CRFM – Central de recuperação feminino de Marabá.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? NÃO HÁ.
12 PRECATÓRIAS
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 55 . A data mais antiga para cumprimento diz respeito ao processo 0011027-70.2016.814,0028 – refere-se a fiscalização e acompanhamento do termo de compromisso da acusada data de 10.06.2016.
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 110, tais como os processos: 000480-53.1998.814.0028; 0011503-11.2016.814.0028; 0004803-53.814.0028; 0012324-49.2015.814.0028; 0007655-48.2009.814.0028. O Controle é feito de dois em dois meses.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle das cartas Precatórias é feito a cada 02 meses.
13 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Não há.
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 15
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 569. A Data mais antiga que consta no Sistema Libra é de 21.09.1999.
14 DENÚNCIAS:
16.1 DENÚNCIAS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Não Há.
16.2 DENÚNCIAS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Não há.
16.3 DENÚNCIAS PENDENTES DE DESPACHO: Não há.
16.4 DENÚNCIAS NÃO JUNTADAS: Não há.
16.5 DENÚNCIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: Não há.
16.6 DENÚNCIAS NÃO DESPACHADAS: Não há.
15 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: Não há.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ



17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 37.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: Não há.		
17.4 PROCESSO CONCLUSO HÁ MAIS DE 100 DIAS: Não há		
17.5 PROCESSO CONCLUSO HÁ MENOS DE 100 DIAS: 10		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RUI COSTA DE OLIVEIRA	04	10/12/2010
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	01	06/06/2011
NESTOR RENNA ARAÚJO DE NEGREIROS	02	12/04/2016
ALESSANDRA DE MESQUITA MARQUES	01	22/09/2016
NEUMA CORREA DE MIRANDA	02	15/03/2017
ALESSANDRO MISSAGIA FERNANDES	01	03/04/2017
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	01	07/04/2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Os mandados fora do prazo são cobrados junto à Coordenadora dos Oficiais de Justiça.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	109	30/03/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	15	04/05/2017
17.7.3 ADVOGADO	04	21/06/2011
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle é feito através do sistema LIBRA na opção de carga às partes.		
16 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar: São cadastrados pela Distribuição. A Secretaria do Fórum forneceu relação das armas que se encontram depositados naquela Secretaria da 2ª Vara e constam 16 revólveres. A última remessa à Comissão do TJE foi feita em 01.12.2016. Não há drogas nem dinheiro na Secretaria.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: Às armas e munições são entregues à Secretaria do fórum. Não existe um setor específico para acondicionar as armas.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não		



The following information is provided for your reference:

1. The first section discusses the importance of maintaining accurate records.

2. The second section outlines the procedures for handling confidential information.

3. The third section details the requirements for data security and access control.

4. The fourth section describes the process for reporting and investigating security incidents.

5. The fifth section covers the responsibilities of all personnel involved in the system.

6. The sixth section provides information on the latest updates and patches.

7. The seventh section discusses the role of external auditors and compliance.

8. The eighth section addresses the impact of regulatory changes on the system.

9. The ninth section outlines the plan for future system enhancements.

10. The tenth section provides contact information for technical support.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARABÁ

Justificar: São juntados aos autos o relatório de cadastro no sistema libra e laudo pericial. Foi verificado que as armas que se encontram na Secretaria do Fórum em algumas somente constam o nº do Inquérito Policial, sem, entretanto, especificar à qual processo e Vara a que pertencem. Na 2ª Vara os objetos são registrados em um livro, identificando os objetos apreendidos. Consta do Relatório estatístico que há cadastrados 2828 objetos, mas no CNJ somente há 05 objetos cadastrados. A Secretaria possui livros de controle de bens apreendidos. O último registro foi feito em 11.05.217.

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
SEGUE CÓPIAS DO LIVRO DE REGISTRO		

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

(X) Sim () Não

Justificar: Na Secretaria há diversos revólveres conforme relação em anexo contendo o numero do Inquérito Policial. O depósito existente no Fórum está totalmente cheio e de difícil localização.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

(X) Sim () Não

Justificar: As armas e munições são entregues à secretaria do fórum.

17 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Foi verificado conforme relação em anexo a existência de 483.273,48 depositados nas subcontas do Tribunal

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(X) Sim () Não

Justificar: Todo e qualquer valor é cadastrado no SDJ e os comprovantes juntados aos autos.

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

(X) Sim () Não

Justificar: São processos que ainda não foram arquivados.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(X) Sim () Não

Alessandra Heringer

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar: Em todos os processos são juntados relatório e boleto, referentes às fianças e dinheiro apreendidos de tráfico de drogas.

18 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Com relação as questões estruturais e equipamentos de informática nesta secretaria; a situação é satisfatória. Por outro lado, se faz necessária a nomeação de servidores para melhorar atender o jurisdicionado e imprimir maior celeridade processual.



19 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Há a necessidade premente de novos servidores para dar continuidade aos trabalhos da Vara. Nota-se que trabalhos realizados se encontram no limite do desempenho dos servidores atuais que se desdobram para realizar as funções da Vara, de modo que qualquer aumento de demanda acarretaria prejuízos à atividade jurisdicional.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A 2ª VARA DA COMARCA DE MARABÁ

A 2ª Vara criminal de Marabá possui competência para o Juízo Singular, exceto para o julgamento de crimes de violência doméstica e familiar, tendo como Juiz titular o Dr. Marcelo Andrei Simão Santos, desde 20/10/2011.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 1.979 (mil, novecentos e setenta e nove) processos em tramitação na Vara, constando, no entanto, do Sistema Libra o número de 2.344 (dois mil, trezentos e quarenta e quatro) processos do acervo ativo, o que demonstra discrepância que precisa ser corrigida.

A resenha para publicação é conferida diariamente.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria, tendo sido observada organização, com pastas necessárias aos trabalhos desenvolvidos. Há tarjas coloridas identificando os processos, sendo usada a de cor rosa para crimes contra a dignidade sexual, a branca com a expressão "Segredo de Justiça" na cor preta, cor branca para idosos com a identificação de prioridade, vermelha para réus presos.

Constavam, do Sistema Libra, 67 (sessenta e sete) processos sentenciados e não arquivados e 25 (vinte e cinco) processos arquivados com apensos em outra situação, no entanto, o Diretor de Secretaria informou que todos os processos aptos ao arquivamento estariam arquivados.

Na Secretaria há 01 (um) analista judiciário, que é o Diretor de Secretaria, 02 (dois) auxiliares judiciários e 02 (dois) estagiários e no Gabinete atuam 01 (um) assessor e 01 (um) analista judiciário, contando, portanto, com quadro funcional reduzido.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida no ano de 2015 e não foi cumprida em 2016 e ainda não havia alcançado grau de cumprimento em 2017 (até a data da correição).

A Meta 2 do CNJ consta como cumprida, no Portal de Metas, com 113,51% de cumprimento, restando 55 (cinquenta e cinco) processos incluídos na referida Meta.

Com relação à Meta 4 do CNJ, ainda não foi cumprida, encontrando-se com acervo de 05 (cinco) processos, tendo sido alcançado o percentual de 77,92% de cumprimento, faltando o julgamento de 02 (dois) processos para o cumprimento da referida Meta.

Não havia processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias, constando 37 (trinta e sete) aguardando cumprimento há menos de 100 (cem) dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ



Não havia processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, existindo 10 (dez) conclusos há menos de 100 (cem) dias, de acordo com informação do Diretor de Secretaria. Na Correição, foram encontrados 111 (cento e onze) processos em Gabinete, dos quais nenhum da Meta 2, 11 (onze) da Meta 4, 74 (setenta e quatro) fora da Meta e para redesignação de audiências marcadas para o mês de julho, no total de 23 (vinte e três), em razão das férias do Juiz titular.

Não havia denúncias pendentes de registro/autuação, nem de conclusão ou despacho.

Com relação aos Inquéritos Policiais, havia 15 (quinze) encaminhados ao Ministério Público e 569 (quinhentos e sessenta e nove) remetidos à DEPOL para cumprimento de diligências, com data mais antiga de 21/09/1999.

São realizadas, em média, 04 (quatro) ou 05 (cinco) audiências diariamente fora as audiências de custódia que, em média, ocorrem uma ou duas. A pauta de audiências é elaborada no Gabinete e compartilhada via rede com a Secretaria. Os processos com audiências de réus soltos e de réus presos agendadas se encontram separados pelo mês. As audiências de réus soltos se encontram com a última data agendada para 25/08/2017 e a de réus presos com pauta até junho de 2017.

As audiências de custódia são cadastradas no Sistema Libra e no SISTAC.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a cobrança da devolução é feita à Coordenadora dos Oficiais de Justiça. Constava do Sistema Libra data com carga mais antiga de mandado com Oficial de Justiça 10/12/2010 (total de 04), 01 (um) com carga datada de 06/06/2011, 02 (dois) mandados desde 12/04/2016, 01 (um) com carga desde 22/09/2016, 02 (dois) desde 15/03/2017, 01 (um) desde 03/04/2017 e 01 (um) desde 07/04/2017.

Existiam 55 (cinquenta e cinco) cartas precatórias em tramitação, com data mais antiga para cumprimento 10/06/2016 – autos nº 0011027-70.2016.814.0028, referindo-se à fiscalização e acompanhamento do termo de compromisso de acusada. Foram identificadas 110 (cento e dez) cartas precatórias expedidas aguardando resposta/devolução. O controle de prazo é feito a cada dois meses. O SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia) está sendo devidamente alimentado.

Foi explicado ao Diretor de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 2ª Vara criminal de Marabá é de 97,53%, tendo ocorrido 593 (quinhentos e noventa e três) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 78,19%.

O controle de processos em carga com prazo extrapolado é realizado através do Sistema Libra na opção de carga às partes. Havia 109 (cento e nove) processos com carga ao Ministério Público desde 30/03/2017, 15 (quinze) com a Defensoria Pública desde 04/05/2017 e 04 (quatro) com advogados desde 21/06/2011.

A última remessa de armas à Comissão do TJPA ocorreu em 01/12/2016. Foi constatada, na Correição, a existência de 16 (dezesseis) revólveres apreendidos. As armas ficam sob a cautela da Secretaria do Fórum, guardadas em um baú, com chave. Não há drogas apreendidas, nem dinheiro em Secretaria.

Há valores depositados em subcontas, alguns sem movimentação há mais de 03 (três) anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ



Os bens apreendidos são cadastrados no Sistema Libra, constando do relatório estatístico 2.828 (dois mil, oitocentos e vinte e oito) objetos cadastrados, no entanto, no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ constavam somente 05 (cinco) bens cadastrados. A Secretaria possui livro de controle de bens apreendidos, datando o último registro de 11/05/2017.

Havia 42 (quarenta e dois) presos provisórios respondendo a processo criminal na Vara, restando cumprida a meta de nivelamento do CNJ (40% de presos provisórios).

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02 e 04 do CNJ, com análise da tramitação processual de processos de réus presos, e processos criminais fora das Metas, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 4 do CNJ, mantendo os da Meta 02 separados dos demais processos em tramitação;
- 2 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 2 do CNJ que se encontram paralisados em Secretaria (exemplo: nº 0002977-16.2012.814.0028, nº 0001067-05.2004.814.0028, nº 0005733-39.2008.814.0028 e nº 0000610-67.2009.814.0028 e **verificar a situação do processo nº 0009178-39.2011.814.0028, que não deveria estar incluído na Meta 2, por ter sido sentenciado, em 31/07/2014**, informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias (planilha, em anexo);
- 3 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 4 do CNJ que se encontram paralisados em Secretaria (exemplo: nº 0010178-06.2013.8.14.0028, nº 0000304-60.2014.8.14.0028, nº 0007628-04.2014.8.14.0028 e nº 0007656-48.2009.814.0028), informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias (planilha, em anexo);
- 4 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, através da utilização de ferramenta de controle, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público e para advogados, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 30/03/2017, com o MP e desde 21/06/2011 com advogados, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 6 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos, que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento da diligência, para que seja adequado o quantitativo de processos físicos com a informação constante do Sistema Libra com relação a processos ativos;
- 7 – Verificar e sanar as divergências encontradas no Sistema Libra, relacionadas ao Relatório de processos sentenciados e não arquivados (75), arquivados com apensos em outra situação (36), processos não arquivados com apensos arquivados (28) e processos sem classe ou assunto do CNJ (13), abrindo chamado, se necessário, junto ao Setor de Informática do TJPA, com comunicação a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
MARABÁ



8 – Cadastrar os bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;

9 – Readequar os processos a classes e aos assuntos da tabela unificada do CNJ, no total de 13 (treze);

10 – Realizar o controle do prazo prescricional em todos os processos, na contracapa e/ou no Sistema, inclusive nos que se encontram suspensos, informando a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;

11 – Tramitar conclusos ao Gabinete todos os processos aptos à conclusão, sendo vedada pelo CNJ pre conclusão (exemplo: processo nº 0004306-98.1998.814.0028, pendente de conclusão desde 2015).

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 4 do CNJ, restando o julgamento de somente 2 processos da Meta 4 para cumprimento (exemplo: processo nº 0012802-81.2014.8.14.0028 – Meta 4 com conclusão em 20/04/2017) informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

2 – Expedir ofício à autoridade policial da DEPOL local, requerendo a devolução dos 569 IPLs que estavam com pendência de cumprimento de diligências, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria consistente em promover as baixas necessárias no Sistema, com relação a processos já concluídos, para redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada e para sanar incongruências de outras informações no Sistema Libra, como, por exemplo, as relacionadas ao Relatório de processos sentenciados e não arquivados (75), arquivados com apensos em outra situação (36), processos não arquivados com apensos arquivados (28) e processos sem classe ou assunto do CNJ (13), informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;

4 – Cobrar conclusão da Secretaria dos processos que se encontram em pre conclusão, que é vedada pelo CNJ, alguns prontos para sentença (exemplo: nº 0010178-06.2013.8.14.0028).

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI

Expedição de ofício à Presidência do TJPA, solicitando: 1 – verificação junto à Secretaria de Gestão sobre a possibilidade de lotação/nomeação de servidores (analistas e auxiliares) na Vara, pois há somente 01 (um) servidor do quadro do TJPA na Secretaria, e 2 – realização de cursos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, de ensino à distância, para atualização em Gestão de Secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da prestação judicial.

252

**CORREIÇÃO
NA 3ª VARA
CRIMINAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Marabá/PA
EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 01/2017
PERÍODO: 15/05/2017 A 19/05/2017
CORREGEDORA: Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá/PA
1.2 COMPETÊNCIA: Crimes Dolosos contra a vida e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Tribunal do Júri).
1.3 MAGISTRADO (A): ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 12/05/2017. O Magistrado assumiu a Vara em 12.05.2017, entretanto, saiu de férias e o Dr. Daniel Gomes Coelho, por meio da Portaria nº 2289, de 15.05.2017 assumiu interinamente até o retorno do Titular, contudo, por este ter saído de licença por motivo de saúde, encontra-se respondendo o Dr. Caio Marco Berardo, por meio da Portaria nº 2313/2017, de 16.05.2017, no período de 15 a 24 de maio do corrente ano.
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Fórum da Comarca de Marabá – Rodovia Transamazônica, s/n, bairro Amapá, Marabá/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Constante nas informações da Secretaria do Fórum
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Sala pequena para acomodar a quantidade de processos e servidores
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: Sala pequena para acomodar a quantidade de processos e servidores
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Ressalta-se, entretanto, que existe o problema diário de falta de água no edifício.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Faltam armários, todavia, a sala pequena não os comportaria. Além disso, faltam cadeiras giratórias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa (X) Regular () Ruim Justificar: Ponto de ônibus mais próximo fica a cerca de 1 Km do Fórum		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Alexandre Hiroshi Arakaki – Desde 12/05/2017		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Daniel Gomes Coelho – período de 15 de maio a 13 de junho de 2017, entretanto, por motivo de saúde, encontra-se respondendo o Dr. Caio Marco Berardo.		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias do Magistrado Titular a partir de 15/05/2017.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: não cumula outra serventia		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Prejudicado		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: As audiências são gravadas em mídia.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Murilo Lemos Simão	23/10/2009	08/01/2017
02 Emerson Benjamin Pereira de Carvalho	02/05/2012	31/05/2012
03 Elaine Neves de Oliveira	29/11/2012	06/12/2012
04 Elaine Neves de Oliveira	07/01/2013	07/03/2013
05 Eduardo Antônio Martins Teixeira	02/05/2013	32/05/2013
06 Wilker André Vieira Lacerda	03/10/2013	04/10/2013
07 Elaine Neves de Oliveira	01/11/2013	30/11/2013
08 Daniel Gomes Coelho	06/11/2013	08/11/2013
09 Jonas da Conceição Silva	18/11/2013	29/11/2013
10 Wilker Andrade Vieira Lacerda	21/11/2013	29/11/2013
11 Adriana Carla Diniz Gomes da Costa	02/05/2014	31/05/2014
12 Geraldo Neves Leite	21/08/2014	28/11/2014
13 Geraldo Neves Leite	21/11/2014	29/11/2014
14 Adriana Carla Diniz Gomes da Costa	03/12/2014	12/12/2014



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



17 Maria Aldecy de Souza Pissolati	01/07/2015	30/07/2015
18 Adriana Carla Diniz Gomes da Costa	06/07/2015	15/07/2015
19 Daniel Gomes Coelho	11/09/2015	11/09/2015
20 Daniel Gomes Coelho	15/10/2015	16/10/2015
21 Eduardo Antônio Martins Teixeira	03/11/2015	08/11/2015
22 Marcelo Andrei Simão Santos	09/11/2015	02/12/2015
23 Marcelo Andrei Simão Santos	01/06/2016	14/06/2016
24 Thiago Vinícius de Melo Quedas	15/06/2016	15/06/2016
25 Talita Danielle Costa Fialho dos Santos	09/01/2017	26/01/2017
26 Daniel Gomes Coelho	27/01/2017	21/02/2017
27 Talita Danielle Costa Fialho dos Santos	30/01/2017	30/01/2017
27 Luana Assunção Pinheiro	22/02/2017	02/04/2017
28 Caio Marco Berardo	03/04/2017	12/04/2017
29 Daniel Gomes Coelho	13/04/2017	12/05/2017
30 Alexanre Hiroshi Arakaki	12/05/2017	Data que o Magistrado assumiu
31 Daniel Gomes Coelho	15/05/2017	Respondendo pela Vara em virtude das férias do Magistrado titular.
32 CAIO MARCO BERARDO	16/05/2017	

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Francisco Alves de Lima
Cargo: Analista Judiciário – Direito
Ato de nomeação: 2349/2012-GP

Nome: Jaira Silva Souza
Cargo: Cargo em Comissão - Assessora Jurídica
Portaria: 0544/2012-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Maria Helena Pereira da Silva
Cargo: Diretora de Secretaria
Ato de nomeação: 1246/2005-GP

Nome: Claudia Cristina Vieira da Silva
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: 1833/2013-GP
Ato de lotação:

Nome: Danilo Samico Rego
Cargo: Analista Judiciário - Direito
Ato de nomeação: 2498/2015-GP
Ato de lotação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ

Nome: Nayra Iures de Sousa Silva
Cargo: estagiário

Nome: Eduardo de Oliveira Barbosa
Cargo: estagiário

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Patrícia Pimentel Rabelo Andrade – 27/01/2017 Substituta – 5.ª PJ

Dra. Hygéia Valente de Souza Magalhães – Titular - licença

Dra. Liliâne Carvalho Rodrigues de Oliveira – Titular – 3.ª PJ de Marabá – titular desde 03/04/2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Allysson George Alves de Castro – Titular desde 06/07/2012 – Portaria 136/12-DP-GAB

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

Não há frota específica para a Vara, sendo utilizados os veículos disponíveis à Direção do Fórum, quando necessário.

6.1.1 FROTA:

Prejudicado

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar:

6.2 INFORMÁTICA: Além da frequente perda de sinal de internet, o sistema LIBRA apresenta constantemente lentidão ou travamento.

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom (X) Regular () Ruim

Justificar: É frequente a queda de sinal de internet, impossibilitando o bom andamento dos trabalhos.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):

06 (seis) na Secretaria e 04 (quatro) no Gabinete

Tal quantidade é considerada suficiente? Sim.

Sim, todos funcionários possuem computador.

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Utiliza o Sistema Libra. A Diretora e Secretaria relata que os relatórios gerenciais divergem em suas informações dificultando a prestação das informações dos dados. Além disso, limita o fornecimento de algumas informações a um lapso temporal de 180 dias. Não consegue extrair relatórios no Libra anteriores a 2014.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



	Obs: Não foi possível verificar tramitações externas anteriores a 2014, entretanto, constam na lista do acervo ativo vários IPL remetidos à DEPOL antes ao referido ano.	
ACERVO INATIVO LIBRA:	990 Obs: foram encontrados processos arquivados constando na lista do acervo inativo do Libra.	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Possui o manual de rotina na Secretaria.		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.		
	ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS
	2015	462
	2016	412
	2017 (até abril)	171
		AÇÕES JULGADAS
		532 Cumpriu a Meta
		459 Cumpriu a Meta
		110
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Vermelho – réus presos Amarelo – Medidas protetivas de urgência Azul – Cartas precatórias Verde - Homicídio		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: <input type="checkbox"/> 08) INICIAIS; <input type="checkbox"/> 07) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ <input type="checkbox"/> 04) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; <input type="checkbox"/> 05) IDOSO; <input type="checkbox"/> 02) RÉU PRESO; <input type="checkbox"/> 03) MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; <input type="checkbox"/> 01) ALVARÁ DE SOLTURA; <input type="checkbox"/> 09) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; <input type="checkbox"/> 06) OUTRO – audiências e júris designados OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ

	Passou fazer a partir de maio/2017	
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: Não há PADS e/ou sindicâncias na unidade. Observações CJCI:		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): A Vara já cumpriu a Meta 2 em março deste ano, atingindo um percentual de 81,03% de processos identificados e julgados.		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Prejudicado, pois a Vara após a condenação transitada em julgado, arquiva o processo e remete guia de execução da pena à Vara de Execução Penal, responsável pelo acompanhamento do cumprimento da pena, não sendo assim possível, para esta serventia, determinar quantos dos réus condenados estão presos.		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 37		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não Justificar:		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ



Justificar: Em caso de prisão em flagrante, ocorre no mesmo dia, ou no dia seguinte, a audiência de custódia, momento em que o juiz delibera sobre a necessidade ou não da manutenção da prisão cautelar.
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Os processos foram vistoriados pela Equipe de Correição
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2017-ENASP/CNJ (AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA INICIADAS ATÉ 31/12/2012 E QUE NÃO TENHAM SIDO JULGADAS ATÉ A DATA CORREIÇÃO): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2012: 27
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Ano: 2015: 26 Ano 2016: 27 Ano 2017: 07 Total de 60 (sessenta) sessões.
12 PRECATÓRIAS
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 26
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 04
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Guarda em caixas e faz periodicamente as cobranças. ao Juízo Deprecado.
13 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Nenhum
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Total em aberto = 03
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Total em aberto = 711
14 DENÚNCIAS:
16.1 DENUNCIAS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0
16.2 DENUNCIAS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0
16.3 DENUNCIAS PENDENTES DE DESPACHO: Total : 13
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: Depol: 42; TJE: 07 e no MP 02 DE
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 0
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: T = 139.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ

15 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: T = 46 CONTADOS MANUALMENTE		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: T = 143 CONTADOS MANUALMENTE		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: não foi encontrado nenhum; a conclusão é feita diariamente.		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: T = 117		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: T = 146		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ A VÉSPERA DA CORREIÇÃO):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Katia Cilene	02	03.05.2017
Antonio Oliveira Cruz	03	03.05.2017
Valby Camargo	04	03.05.2017
Nestor Renna	02	03.05.2017
Rodney Figueiredo	02	03.05.2017
Neuma Miranda	01	03.05.2017
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Primeiramente, cobra-se verbalmente à Coordenação da Central de Mandados. Caso a medida anterior não surta efeito, cobra-se através de ofício.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	03	09/03/2017
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	07	08/05/2017
17.7.3 ADVOGADO	-	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Primeiramente, cobra-se pessoalmente ou através de ligação telefônica ao advogado. Caso as medidas anteriores não surtam efeito, cobra-se através de publicação no DJe ao advogado.		
16 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (x) Sim () Não Justificar: Armas são cadastradas na distribuição e as entrega na Secretaria d Fórum.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Possui na Secretaria alguns objetos apreendidos tipo porta-credenciais, celulares, carteiras, Faca tipo peixeira. São três caixas., frente de som automotivos, chip de operadora, etc.. Justificar: Bens apreendidos são acondicionados numa caixa.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 3crimmaraba@tjpa.jus.br

Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência?

Maria Helena Pereira da Silva, Diretora de Secretaria – verifica-se o e-mail diariamente, sendo visualizado várias vezes ao dia.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

() Sim (X) Não

Justificar: Não existe um espaço adequado para o arquivamento dos processos no Fórum, ficando estes acomodados em caixas, porém, amontoadas no depósito. A Secretaria possui as seguintes pastas : Ofícios recebidos, Ofícios expedidos, estagiários, Informações de processos, alistamento de jurados, suprimento de fundos de juris, documentos do júri, intimações requerimentos do jurados, dentre outras, tais como: relatórios do Libra, MP., Central de Mandados, Defensoria Pública, conclusos ao Gabinete, autos enviados o Tribunal, cargas para advogados, ficha de controle de comparecimento, cargas de DEPOL, requisição de material, pastas das publicações no DJE, rol dos culpados, pastas do plantão, resoluções, etc.,

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar: Foi verificado que todos os processos estão cadastrado no sistema Libra.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar: Todos possuem senha inclusive os estagiários.

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Treinamento sempre é importante para a permanente atualização e evolução dos servidores, ainda que todos sejam capacitados.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

() Sim (X) Não

Justificar: As audiências são acompanhadas pelo Gabinete. Não existe uma pasta compartilhada entre Gabinete e Secretaria. O juiz marca as audiências no gabinete e repassa os processos com as datas designadas e são anotadas nas pautas na Secretaria.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Devido ao grande volume de trabalho, alguns poucos processos estão pendentes, principalmente aqueles com objeto apreendido, prestação de informações ao TRE, aguardando procedimentos para devolução de depósito judicial à parte ou ao Fundo Penitenciário Nacional e com multa de jurado pendente de pagamento, impossibilitando o arquivamento, tais como: 0002768-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?		
(X) Sim () Não		
Justificar: A Secretaria guarda cópia dos registros dos objetos apreendidos também no livro de objetos, em pasta. Começou a fazer o cadastro no CNJ a partir da Correição		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
FACA	0000038-38.2010.814.0028	Cristiano Rogério Cassiano da Silva
02 (DUAS) ALIANÇAS	0005809-03.2012.814.0028	Rômulo Araújo Feitosa e Moisés Freitas Franco
CORDÃO	0005809-03.2012.814.0028	Rômulo Araújo Feitosa e Moisés Freitas Franco
CAPA DE SOM AUTOMOTIVO	0005809-03.2012.814.0028	Rômulo Araújo Feitosa e Moisés Freitas Franco
APARELHO DE CELULAR, SAMSUNG, MODELO GT-E1086i COM CHIP DA VIVO	0005809-03.2012.814.0028	Rômulo Araújo Feitosa e Moisés Freitas Franco
APARELHO CELULAR, LG, COM CHIP DA VIVO	0005809-03.2012.814.0028	Rômulo Araújo Feitosa e Moisés Freitas Franco
FACA, TIPO PEIXEIRA	0008624-07.2011.814.0028	Cleiton Ferreira dos Santos
FOICE	0008624-07.2011.814.0028	Cleiton Ferreira dos Santos
CARTEIRA PORTA CÉDULA, MARROM	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
CARTEIRA DE HABILITAÇÃO	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
CARTEIRA DE IDENTIDADE MILITAR	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
02 (DUAS) FOTOGRAFIAS 3X4 DE MULHERES	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
FOTOGRAFIA 3X4 DE UM HOMEM	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
CARTÃO DO BANCO DO BRADESCO DANIFICADO	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
CARTÃO DO BANPARÁ DANIFICADO	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
TÍTULO DE ELEITOR	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
CPF	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
DIVERSOS PAPEIS	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
CATEIRA IASEP	0005690-42.2012.814.0028	Wellington Gutemberg de Oliveira
R\$ 98,00 (noventa e oito reais)	0002259-63.2013.814.0028	Elaine Marques Duarte
APARELHO CEULAR, NOKIA, MODELO X1, PRETO	0002259-63.2013.814.0028	Elaine Marques Duarte
CÂMERA FOTOGRÁFICA KODAK AF 3X OPTICAL	0002259-63.2013.814.0028	Elaine Marques Duarte
FRENTE DE SOM AUTOMOTIVO	0002259-63.2013.814.0028	Elaine Marques Duarte
RELÓGIO, MARCA SALCO	0002259-63.2013.814.0028	Elaine Marques Duarte
APARELHO CELULAR NOKIA	0004707-09.2013.814.0028	Em Apuração
02 (DOIS) CHIP'S OPERADORA CELULAR VIVO	0004707-09.2013.814.0028	Em Apuração
APARELHO CELULAR SAMSUNG	0005519-51.2013.814.0028	Dhemis Honório de Sousa
15 (QUINZE) CARREGADORES DE CELULAR DANIFICADOS	0010926-38.2013.814.0028	Paulo Ramos de Oliveira e outros



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA MARABÁ

FIO DE ELETRICIDADE DANIFICADO	0010926-38.2013.814.0028	Paulo Ramos de Oliveira e outros
07 (SETE) ESTOQUES	0010926-38.2013.814.0028	Paulo Ramos de Oliveira e outros
FACA DE COZINHA CABO LARANJA, DANIFICADA	0010926-38.2013.814.0028	Paulo Ramos de Oliveira e outros
03 (TRÊS) APARELHOS CELULARES (descritos no ofício nº 3.027/2013)	0010926-38.2013.814.0028	Paulo Ramos de Oliveira e outros
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: A ultima remessa TJE foi em 01.12.2016		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar As armas ficam na Secretaria do Fórum. Na Secretaria ficam identificados em sacos contendo o numero do processo.		
17 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não .Constam depositados em Juízo o total de RS 136.741, 96.		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Justificar: Conforme consta do item 19.1		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Alessandra Heringer Gomes da Rocha		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:		
18 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
A Secretaria conta com a Diretora de Secretaria, um Analista Judiciário, uma Auxiliar Judiciário e dois estagiários. A Auxiliar Judiciário substitui os servidores lotados no gabinete, no período de férias e afastamento, acompanhando as audiências. Dessa forma, durante cerca de seis meses no ano, a Secretaria conta apenas com um servidor e os estagiários para atender todas as demandas específicas da Secretaria. Dessa forma, a fim de não prejudicar o andamento da Secretaria, no cumprimento dos atos considerados urgentes, além de cumprir os expedientes necessários para a realização de audiências e júris, se faz necessário que, com frequência, essa servidora subscritora prolongue o expediente até às 17 horas. Dessa forma, será muito importante para o bom andamento dos trabalhos e para uma melhor		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



prestação aos jurisdicionados desta Vara que seja lotado mais servidores na Secretaria. Com relação aos processos paralisados com mais de cem dias, apontados no presente relatório, diz respeito a processos já julgados e transitado em julgado, aguardando os procedimentos para informação ao TRE, rol dos culpados, multa de jurados, inscrição na dívida ativa; constando também processos suspensos que precisam fazer o repasse do depósito judicial ao Fundo Penitenciário Nacional. Nos relatórios extraídos do Sistema Libra, é comum encontrar registros de petições e alguns procedimentos, que foram tramitados para esta Vara, na época da alteração da competência da Vara, em 2011. A fim de tramitar os autos da ação penal, o Sistema Libra só permitia que o fizesse, se fosse tramitado os apensos, que muitas vezes já se encontrava arquivados. Muitas dessas petições já foram arquivadas no Libra por parte dessa Diretora, no entanto, por falta de tempo, ainda tem vários procedimentos constando nos relatórios. Faz-se importante esclarecer que o MM. Juiz Titular desta Vara - Dr. Alexandre Hiroshi Arakaki, que entrou em exercício no dia 12/05/2017, está ciente da situação e já determinou a realização de um mutirão, no período de 26/06/2017 a 06/07/2017 a fim de sanar as referidas pendências. Com relação a estrutura física do prédio do Fórum, a falta de água, diariamente, dificulta as condições de higiene pessoal dos servidores e causa transtorno com os banheiros constantemente sujos. Importante, também, ressaltar as condições precárias do arquivo do Fórum.

19 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Na qualidade de juiz substituto, respondendo por esta unidade jurisdicional há aproximadamente 30 dias, esclareço que os máximos esforços estão sendo empreendidos no sentido de uma melhor prestação jurisdicional, sempre considerando os pontos já destacados pela diretora de secretaria e que realmente dificultam um trabalho mais efetivo, notadamente: a grave carência de servidores e a falta de espaço físico para melhor desempenho das atividades laborais dos funcionários de secretaria, bem como organização dos feitos em armários dos processos que aguardam cumprimento dos atos judiciais. Em suma, nossos processos mais sensíveis, quais sejam: os de réus presos e com tramitações antigas, são em número bem reduzidos e atualmente encontram-se com tramitação recente, e sempre são alvo da atenção do magistrado e da direção de secretaria, o que pode ser observado por esta corregedoria de justiça.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A 3ª VARA DA COMARCA DE MARABÁ

A 3ª Vara criminal de Marabá possui competência para crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e Tribunal do Júri (crimes dolosos contra a vida), tendo como Juiz titular o Dr. Alexandre Hiroshi Arakaki, desde 12/05/2017.

De acordo com a contagem física mais feitos com tramitação externa, há 1.579 (mil quinhentos e setenta e nove) processos em tramitação na Vara, incluindo 711 (setecentos e onze) Inquéritos Policiais, constando do Sistema Libra a mesma informação. Consta informação no Libra de 990 (novecentos e noventa) processos arquivados inseridos na lista do acervo inativo do Sistema.

A resenha para publicação é conferida sempre que há atos judiciais a serem publicados.

Há divisão de tarefas entre os servidores da Secretaria, tendo sido observada organização, com pastas necessárias aos trabalhos desenvolvidos. Há tarjas coloridas identificando os



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ**

processos, sendo usada a de cor amarela para medidas protetivas de urgência, a de cor azul para cartas precatórias, verde para crimes dolosos contra a vida e vermelho para réus presos.

Na Secretaria há 01 (um) servidor analista judiciário, 02 (dois) auxiliares e 02 (dois) estagiários e no Gabinete atuam 01 (um) assessor e 01 (um) analista judiciário, contando, portanto, com quadro funcional reduzido.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida nos anos de 2015 e 2016, no entanto, ainda não havia alcançado grau de cumprimento em 2017 (até a data da correição).

A Meta 2 do CNJ também foi cumprida, em março de 2017, tendo alcançado o percentual de 101,29% de grau cumprimento de acordo com o Portal de Metas, restando, conforme relação extraída do Sistema Libra, 100 (cem) processos incluídos na referida Meta.

No que se refere à Meta 4/2017-ENASP/CNJ (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/2012 ainda não julgadas), constava o número de 27 (vinte e sete) pendentes de julgamento.

Havia 46 (quarenta e seis) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 (cem) dias, de acordo com a contagem física, e 143 (cento e quarenta e três) aguardando cumprimento há menos de 100 (cem) dias.

Foram identificados 117 (cento e dezessete) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 146 (cento e quarenta e seis) conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Durante a Correição, foram encontrados 318 (trezentos e dezoito) processos em Gabinete, dos quais 112 (cento e doze) para sentença, 187 (cento e oitenta e sete) para despachos, sendo que 19 (dezenove) eram da Meta 4 do CNJ e 17 (dezessete) da Meta 2.

Não havia denúncias pendentes de registro/autuação, nem de conclusão. Foram encontradas 13 (treze) pendentes de despacho.

Havia petições intermediárias não juntadas: 42 (quarenta e duas) – DEPOL, 07 (sete) – TJPA e 02 (duas) – MP e 139 (cento e trinta e nove) intermediárias não despachadas.

Com relação aos Inquéritos Policiais, havia 03 (três) encaminhados ao Ministério Público e 711 (setecentos e onze) remetidos à DEPOL, para cumprimento de diligências, com data mais antiga de 21/09/1999.

As audiências são acompanhadas pelo Gabinete da Vara, não havendo pasta compartilhada entre o Gabinete e a Secretaria. O juiz designa as audiências no Gabinete e repassa os processos à Secretaria com as datas marcadas, anotadas na pauta da Secretaria.

As audiências de custódia são cadastradas no Sistema Libra e no SISTAC, constando o cadastro de 44 (quarenta e quatro) no SISTAC.

A distribuição de mandados a Oficiais de Justiça é feita pelo Sistema Libra e a cobrança da devolução é feita à Coordenadora dos Oficiais de Justiça. Constava do Sistema Libra data com carga mais antiga de mandado a Oficiais de Justiça 03/05/2017, no total de 14 (catorze).

Existiam 26 (vinte e seis) cartas precatórias em tramitação e foram identificadas 04 (quatro) cartas precatórias expedidas aguardando resposta/devolução. As cartas precatórias ficam acondicionadas em caixas na Secretaria que realiza periodicamente cobrança ao Juízo deprecado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



O SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia) está sendo devidamente alimentado.

Foi explicado à Diretora de Secretaria, durante a Correição, o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Coordenador de Estatísticas do TJPA, a taxa de congestionamento da 3ª Vara criminal de Marabá é de 96,92%, tendo ocorrido 1.069 (mil e sessenta e nove) baixas em 2016, ano em que a taxa de congestionamento se encontrava 59,63%.

O controle de processos em carga com prazo extrapolado é realizado através do Sistema e a cobrança é feita primeiro pessoalmente ou através de ligação telefônica e caso não surta efeito, através de publicação no DJE para advogado. Havia 03 (três) processos com carga ao Ministério Público desde 09/03/2017 e 07 (sete) com a Defensoria Pública desde 08/05/2017, não constando do Sistema carga para advogados.

As armas de fogo apreendidas ficam sob a cautela da Secretaria do Fórum, guardadas em um baú, com chave, tendo ocorrido a última visita da Comissão do TJPA para recolhimento das armas em 01/12/2016.

Os bens apreendidos são acondicionados em uma caixa na Secretaria.

Há valores depositados em subcontas, alguns sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

Os bens apreendidos são cadastrados no Sistema Libra, constando 49 (quarenta e nove) objetos cadastrados, no entanto, no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ não havia bens cadastrados de acordo com a Divisão de Banco de Dados, tendo a Vara começado a cadastrar objetos apreendidos no Sistema do CNJ a partir da Correição. A Secretaria possui livro de controle de bens apreendidos.

Foram identificados processos pendentes de baixa/arquivamento, alguns com bens apreendidos sem a respectiva destinação, outros sem informação ao TRE sobre a condenação, uns que aguardam devolução de depósito judicial à parte ou remessa ao Fundo Penitenciário Nacional, e alguns com multa de jurado pendente de pagamento, entre os quais os de nº 0002768-86.2016.814.0028; 0009776-17.2016.814.0028; 0005809-03.2012.814.0028; 0002259.63.2013.814.0028; 0005199-51.2013.814.0028 e 0001782-27.2009.814.0028.

Havia 37 (trinta e sete) presos provisórios respondendo a processo criminal na Vara, restando cumprida a meta de nivelamento do CNJ (40%).

Foram realizadas, nos últimos três anos, 60 (sessenta) sessões do Tribunal do Júri pela Vara, 26 (vinte e seis) em 2015; 27 (vinte e sete) em 2016 e 07 (sete) em 2017.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02 do CNJ, de réus presos, de processos fora da Meta (violência doméstica e familiar contra a mulher), análise de cartas precatórias, relatórios do Portal de Metas e do Libra, gráficos do Banco de Dados da Secretaria de Informática do TJPA.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 2 e 4/ENASP do CNJ, mantendo-os separados dos demais processos em tramitação;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ**

- 2 – Cumprir as diligências nos processos da Meta 2 do CNJ que se encontram paralisados em Secretaria (exemplo: nº 0000326-74.201.814.0028), informando o cumprimento a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias (planilha, em anexo);
- 3 – Verificar o acervo inativo do Sistema Libra no total de 990 (novecentos e noventa) processos, e após informar a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a situação em que se encontram;
- 4 – Cadastrar os bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Cumprir as diligências necessárias à baixa/arquivamento dos processos, principalmente os que se encontram com bens apreendidos (para promover a destinação), os pendentes de informação ao TRE sobre a condenação, os que aguardam devolução de depósito judicial à parte ou remessa ao Fundo Penitenciário Nacional, os que tenham multa de jurado pendente de pagamento, com informações a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 6 – Realizar o controle do prazo prescricional em todos os processos, na contracapa e/ou no Sistema, inclusive nos que se encontram suspensos, informando a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 2 e 4/ENASP do CNJ. Exemplo de processos das Metas paralisados aguardando decisão judicial: nº 0009638-53.2010.8.14.0028, nº 0000326-74.2011.8.14.0028 (conclusos desde 27/09/2016), nº 0005781-35.2012.8.14.0028 (conclusos desde 12/01/2017), nº 0008691-35.2010.8.14.0028 (conclusão em 21/06/2016) e 0004366-29.2010.8.14.0028 (conclusão em 22/05/2016) e 0004740-91.2005.8.14.0028 (conclusos desde 26/01/2016);
- 2 – Expedir ofício à autoridade policial da DEPOL local, requerendo a devolução dos 711 IPLs que estavam com pendência de cumprimento de diligências, informando a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 3 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria consistente no cumprimento de diligências em processos pendentes para promover as baixas necessárias no Sistema, objetivando a redução da taxa de congestionamento que se encontra elevada, informando a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 4 – Supervisionar, como gestor da unidade judiciária, a atividade da Diretora de Secretaria no cadastramento de bens apreendidos no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, informando a esta Corregedoria de Justiça a providência adotada para cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias.

PROVIDÊNCIAS PELA CICI

Expedição de ofício à Presidência do TJPA, solicitando a realização de cursos, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, de ensino à distância (*on line*), para atualização em Gestão de Secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da prestação judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA
MARABÁ



1

310

**CORREIÇÃO
NA VARA DE
EXECUÇÃO
PENAL DA
COMARCA DE
MARABÁ**



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 15 a 19/05/2017
CORREGEDORA: VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
JUÍZA CORREGEDORA: MONICA MACIEL SOARES FONSECA
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA DE EXECUÇÃO PENAL
1.2 COMPETÊNCIA: EXECUÇÃO PENAL / PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS
1.3 MAGISTRADO (A): CAIO MARCO BERARDO
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: O Magistrado entrou em exercício em 09/02/2017
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: RUA TRANSAMAZONICA, S/N – FORUM JUIZ JOSE ELIAS MONTEIRO LOPES, BAIRRO AMAPÁ, MARABÁ/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: BOM
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: As salas da equipe interdisciplinar e da secretaria se encontram uma ao lado da outra, o que favorece o contato entre os servidores, outro ponto favorável é que o gabinete e o setor de cálculo se encontram no mesmo corredor, o que, de certa forma facilita a integração entre os diversos setores da Vara.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: As condições estruturais são adequadas ao bom funcionamento do diversos setores da vara.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: Os mobiliários se apresenta de forma bem conservada e em quantidade satisfatória ao bom desenvolvimento dos trabalhos da serventia e do gabinete do juiz.
2.7 SEGURANÇA: () Boa (X) Regular () Ruim Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA MARABÁ

Apesar da existência de detectores de metal e de câmeras de segurança, verifica-se um quadro de agentes de segurança interna (policiais militares e bombeiros) vinculados à coordenadoria militar do Tribunal de Justiça em número reduzido. outro ponto negativo ligado à segurança é o sistema de hidrantes de combate a incêndios não funcionar ou funciona de maneira precária.

2.8 ACESSIBILIDADE:

(X) Boa () Regular () Ruim

Justificar:

Prédio localizado próximo à avenida e a pontos de parada de ônibus. Possui também rampas de acessibilidade para cadeirantes.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar:

PREJUDICADO

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

09/02/2017

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

SIM. Dr. DANIEL GOMES COELHO - 28/05/2015

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:

17 A 20/04 e de 07/05/2017.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:

SIM, 3ª VARA CRIMINAL (V. CONTRA MULHER E TRIBUNAL DO JÚRI)

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

Comissão do Macrodesafio do Tribunal de Justiça.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever:

Realização de audiências concentrada para análise de benefícios como progressão de regime, livramento condicional e autorização para trabalho externo, que consiste na realização da audiência uma vez por semana, geralmente às quintas feiras, quando são separados os processos que venceram a data de requisito objetivo do benefício pretendido e em audiência o Ministério Público se manifesta e o magistrado decide.

O controle de prazos de benefícios é realizado por Banco de Dados (microsoft access) com projeção para progressão para o regime semiaberto, aberto, livramento condicional e término de pena, bem como controle de regime de cumprimento de pena, trabalho externo, foragidos, prisão domiciliar para tratamento de saúde, etc.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
CAIO MARCO BERARDO	08/05/2017	Até a presente data
DANIEL GOMES COELHO	04/05/2017	07/05/2017
CAIO MARCO BERARDO	21/04/2017	03/05/2017
DANIEL GOMES COELHO	17/04/2017	20/04/2017
CAIO MARCO BERARDO	09/02/2017	16/04/2017
DANIEL GOMES COELHO	21/10/2016	08/02/2017
ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE	12/05/2016	20/10/2016
THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS	17/04/2016	11/05/2016
NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JÁCOME	31/03/2016	19/04/2016
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	22/10/2015	30/03/2016
DANIEL GOMES COELHO	02/06/2015	21/10/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ



GERALDO NEVES LEITE	04/05/2015	28/05/2015
DANIEL GOMES COELHO	29/04/2015	03/05/2015
GERALDO NEVES LEITE	21/02/2015	28/04/2015
DANIEL GOMES COELHO	09/12/2014	20/02/2015
GERALDO NEVES LEITE	01/08/2014	08/12/2014
DANIEL GOMES COELHO	25/06/2014	30/07/2014
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	03/06/2014	24/06/2014
GERALDO NEVES LEITE	02/06/2014	02/06/2014
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	02/05/2014	31/05/2014
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	22/03/2014	30/04/2014
MURILO LEMOS SIMÃO	19/03/2014	21/03/2014
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	08/03/2014	18/03/2014
MURILO LEMOS SIMÃO	06/03/2014	07/03/2014
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	15/11/2013	05/03/2014
DANIEL GOMES COELHO	13/11/2013	14/11/2013
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	09/11/2013	12/11/2013
DANIEL GOMES COELHO	06/11/2013	08/11/2013
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	08/10/2013	05/11/2013
WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA	02/09/2013	07/10/2013
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	09/05/2013	01/09/2013

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: JANE CRISTINA VIEIRA NONATO
Cargo: Assessor de Juiz REF-CJS-2
Ato de nomeação: PORTARIA 1423/2017 GP
Ato de lotação: PORTARIA 1423/2017 GP

Nome: KARINA DA SILVA NASCIMENTO
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: 2533/2015 GP
Ato de lotação: 2533/2015 GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: RAFAEL TAVARES MALATO
Cargo: Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria 1101/2008 - GP
Ato de lotação: Portaria 132/2010 - DF

Nome: DEUSILENE DOS SANTOS SOUZA
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria 2476/2009 - GP
Ato de lotação: Portaria 0673/2011 - GP

Nome: SANDRYLENE MARQUES MELO SANTOS - 153559
Cargo: estagiário

Nome: YASMIM CAMPELO DE SOUZA SILVA - 153087
Cargo: estagiário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA MARABÁ

4.3. OUTROS SETORES: equipe interdisciplinar

Nome: ANDREA RIBEIRO ALFAIA

Cargo: Analista Judiciário – Serviço Social

Ato de nomeação:

Ato de lotação:

Nome: ANGELICA CRISTINA BITAR MIRANDA

Cargo: Analista Judiciário – Pedagogia

Ato de nomeação: 0553/2011 - GP

Ato de lotação: 039/2011 – DF

Nome: MARCIA ANDREA AUGUSTO PEREIRA

Cargo: Analista Judiciário – Psicologia

Ato de nomeação:

Ato de lotação:

Nome: KAREN PORTILHO DE SÁ

Cargo: Analista Judiciário – Psicologia

Ato de nomeação: PORTARIA 3585/2016 GP

Ato de lotação: PORTARIA 116/2016 DF

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS – ENTRADA EM 16/07/2012

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

TITULAR

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

NÃO

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

JOSÉ ERICKSON FERREIRA RODRIGUES – ENTRADA EM 12/07/2012

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

TITULAR

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

SIM, INFANCIA E JUVENTUDE;

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

01 FIAT DOBLÔ

01 FORD FIESTA

01 FORD RANGER

01 MITSUBISHI L200

01 MOTOCICLETA

6.1.1 FROTA:

PREJUDICADO

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

(x) Sim () Não

Justificar:

Necessárias à realização das visitas técnica da equipe interdisciplinar junto aos apenados fiscalizados. usado também para realizar as inspeções carcerárias nas casas penais vinculadas à unidade judiciária

6.2 INFORMÁTICA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ



PREJUDICADO
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Tal quantidade é considerada suficiente? Justificar. Sim. Foi realizado pela informática instalação de novos pontos de rede.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra; Sispe e SEEU
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? O Diretor de secretaria. Diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Intenso manuseio; número relativamente grande de incidentes que são apensos aos autos
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? () Sim (X) Não Justificar: Os estagiários não possuem senha individual. utilizam as dos servidores.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: principalmente com a entrada do SEEU.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: As pautas de audiências são devidamente cadastradas no Google Agenda e compartilhada entre os servidores da Vara, do MP, Defensoria Pública e dos Presídios, além de cadastrada no Libra. As audiências estão marcadas até julho/2017. É também compartilha com o Gabinete do Juiz
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ

Justificar: Há 17 processos que aguardam resposta do juízo de conhecimento sobre transito em julgado da sentença condenatória para comunicação ao Tribunal Eleitoral

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Raramente. Somente para intimação de advogados.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2015:

Despacho:

Decisão Interlocutória:

Sentença:

Audiência:

TOTAL GERAL 2016:

Despacho:

Decisão Interlocutória:

Sentença:

Audiência:

TOTAL GERAL 2017 (até a véspera da correição):

Despacho:

Decisão Interlocutória:

Sentença:

Audiência:

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA

QUANTIDADE

EXECUÇÃO PENAL

2218

CARTAS PRECATÓRIAS

PRECATÓRIAS CRIMINAIS

22

SUB-TOTAL

2.137

Feitos com Tramitação Externa

81

Contagem Física + Tramitação externa

2.218

ACERVO LIBRA

2.640

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim

() Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA. Não há metas estipuladas pelo CNJ para a Vara de Execuções Penais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ



ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	PREJUDICADO	PREJUDICADO
2016	PREJUDICADO	PREJUDICADO
2017 (até a véspera da correição)	PREJUDICADO	PREJUDICADO
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: () Sim (X) Não Justificar: Fitas coloridas nas seguintes cores: Cor laranja : carta precatória Vermelha: Regime Fechado Vermelha com azul: Regime semi-aberto Fita azul: Regime aberto Fita preta: foragido Fita Amarela: Livramento condicional Fita Verde: Transação Penal e Sursis		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (4) INICIAIS; (3) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (2) RÉU PRESO; (1) ALVARÁ DE SOLTURA; (5) POR ORDEM CRONOLÓGICA (6) OUTRO		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG		X
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
Observação: O Cadastro Nacional de Inspeções tem como último registro setembro de 2016. O BNMP estão todos os mandados de recaptura cadastrados no Libra e no CNJ		
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA
MARABÁ

Observações CJCI:
12 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (x) Não Justificar: Processos somente são autuados com a chegada da Guia de Recolhimento devidamente instruída da Denúncia, Sentença e Certidão de Transito em Julgado. Quando ocorre de chegarem sem um dos documentos elencados é devolvida à comarca de origem para a devida complementação conforme dispõe o manual de rotinas.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (X) Sim () Não Justificar: 10 Processos que ainda não foram encaminhados o respectivo histórico prisional ou que o histórico prisional seja inconsistente.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? (x) Sim () Não Justificar: 09 Processos baixados em diligências, como é o caso dos apenados que serão submetidos ao Exame Criminológico.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (x) Sim () Não Justificar: Fiscalizado pela Equipe interdisciplinar da VEP, composta por Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo.
12.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim. CRRAMA – Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes; CTMM – Centro de Triagem Masculino de Marabá; CRFM – Centro de Recuperação Feminino de Marabá
12.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não.
12.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente. De acordo com o Diretor de Secretaria a última realizada foi em abril/2017
12.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Sim. Mas não funciona eficazmente.
13 PRECATÓRIAS
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: SIM, 21 CARTAS PRECATÓRIAS de Fiscalização e somente são devolvidas quando acaba o prazo do cumprimento da fiscalização.
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: Prejudicado.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não